

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO –  
UNIRIO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – CCHS  
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL – ESS

**CLEYTON JEFFERSON DAS NEVES VENTURA**

ESTADO BURGUEÊS E AS CONTRARREFORMAS NO BRASIL: OS IMPACTOS  
DA EC 95/2016 NA POLÍTICA DE SAÚDE

Rio de Janeiro

2021

CLEYTON JEFFERSON DAS NEVES VENTURA

ESTADO BURGUESES E AS CONTRARREFORMAS NO BRASIL: OS IMPACTOS DA EC  
95/2016 NA POLÍTICA DE SAÚDE

Trabalho de conclusão de curso apresentado à  
Escola de Serviço Social da Universidade Federal do  
Estado do Rio de Janeiro, como pré- requisito para a  
obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientação: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Giselle Souza da Silva.

Rio de Janeiro

2021

CLEYTON JEFFERSON DAS NEVES VENTURA  
ESTADO BURGUESES E AS CONTRARREFORMAS NO BRASIL: OS IMPACTOS DA EC  
95/2016 NA POLÍTICA DE SAÚDE

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como pré-requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Rio de Janeiro, \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de 2021.

Banca Examinadora:

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Giselle Souza da Silva (orientadora)  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Rafaela de Souza Ribeiro (membro interno)  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Vivian Mattos (membro externo)  
Progepe - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Para as mulheres que fizeram eu acreditar no meu potencial, dedico a vocês: Vanda Maria (in memorian), Carlinda Maria (in memorian) e Paula Sthefany (in memorian).

## **AGRADECIMENTOS**

Certamente essa é a parte mais difícil desse trabalho, pois a muito do que ser grato. Prometo não me alongar muito, mas não posso ser injusto, é preciso fazer menção a todos que de alguma forma contribuíram para que esse momento tão aguardado fosse possível. Em primeiro lugar quero agradecer a Deus que em sua infinita misericórdia me conduziu para o caminho certo, não tenho dúvidas que tudo foi minimamente calculado por ele, cada encontro, cada despedida, tudo que tornou possível esse momento ser vivido. Agradeço a minha ancestralidade que vive em mim e que me ampara nos momentos mais difíceis, deixo aqui minha gratidão ao meu pai Ayrá, meu pai Ogum e minhas mães Yemonja e Oyá que tem trazido equilíbrio pra mim nesses momentos tão tenebrosos. Agradeço aos meus guardiões que cuidam dos meus caminhos e não permitem que meus pés vacilem, saúdo assim ao Sr. Tranca Ruas das Almas, Sr. Exú Marabô, Maria Mulambo das Almas e Dona Sete Saias quem apadrinhou nos momentos mais difíceis.

Em segundo lugar quero agradecer a toda minha família que me deram o apoio incondicional nessa jornada, sem o incentivo de cada um de vocês certamente não estaria concluindo essa etapa. Em especial a minha mãe Cristina que fez de mundos e fundos para que eu realizasse esse tão grandioso sonho, ao meu pai Flávio que sempre me apresentou a educação como instrumento de transformação. Ao meu filho Pedro Gustavo que alegra meus dias e me dá forças pra prosseguir e conquistar o melhor, a mãe do meu filho Keilane por todo apoio em todos esses anos e por aturar minhas reclamações e frustrações da academia. E todos familiares que sempre me apoiaram, meu irmão Bruno, minha tia Cristiane, meu avô Alfredo, minha tia Fernanda, minha prima Rayanne e etc.

Gostaria de agradecer também à Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO) pelas figuras dos meus companheiros e companheiras de gestão 2018/2019 “Quando Resistir Faz Parte da Estrada é Tudo ou Nada” que juntos conseguimos conduzir milhares de estudantes numa construção coletiva e combativa. Agradeço também às minhas companheiras e companheiros de gestão do Centro acadêmico Karl Marx das gestões 2016/2017 e 2017/2018 por fazerem da luta cotidiana um espaço de crescimento e fortalecimento de corações e mentes.

Minha eterna gratidão à União da Juventude Comunista, em especial ao núcleo UNIRIO, o qual tive o prazer de ser co-fundador, por todas as formações, espaços de debates.

Muitos dias a militância organizada foi o que me forneceu recursos necessários para me manter focado no que realmente importa e não ceder aos pequenos desvios liberais, sou imensamente grato ao Partido Comunista Brasileiro por continuar sendo desde 1922 a esperança para o trabalhador, e a ferramenta necessária para enfrentar os desafios que nos é imposto pelo capital.

Gostaria de agradecer a toda Escola de Serviço Social da UNIRIO, do corpo docente ao administrativo, que fizeram da academia um espaço amistoso e formativo, com uma educação crítica e completa, me orgulho muitíssimo de ter escolhido a UNIRIO e sem dúvidas cada integrante dessa escola fez com que esse processo formativo fosse o melhor, mesmo com as condições limitadas que nos são impostas pelos cortes na educação.

Minha gratidão eterna a pessoa que fez de todo esse processo desafiador ser leve. A minha querida coordenadora de projeto de pesquisa, orientadora e amiga Giselle Souza, me faltam palavras para expressar a minha imensa gratidão, você que foi meu primeiro contato em sala de aula lá no meu primeiro período em “Introdução ao Serviço Social”, se tornou uma das minhas principais inspirações de profissional como Assistente Social exemplar que é, e a docente dedicada que se empenha para que tudo seja feito da melhor forma possível. Obrigado por me apresentar a pesquisa, sem dúvidas as reflexões que o FUPEB realizou foram centrais em todo meu processo formativo, um dia espero ser um profissional do qual você se orgulhe. Estendo a minha gratidão a todas que compõem o grupo de pesquisa FUPEB.

“Eu sou o favelado que vive pela favela, porra!  
A escola me reprovou de série, mas a rua me  
aprovou pra ser representante dela  
Se a sirene sinaliza a dor, atira o sinalizador pra  
explanar que hoje é guerra  
Matei o presidente pra que o povo se rebele  
Gritei Marielle, presente! Essa bala também me  
fere  
E esse tiro fere cada morador que já teve um sonho  
frustrado  
E só quem é vai sentir na pele”.

(Choice MC - Favela Vive 3)

VENTURA, C. J. N. **ESTADO BURGUESES E AS CONTRARREFORMAS NO BRASIL: OS IMPACTOS DA EC 95/2016 NA POLÍTICA DE SAÚDE**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Serviço Social) - Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Estado do Rio De Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

## **RESUMO**

O presente trabalho tem como objetivo promover um debate sobre as últimas medidas contrarreformistas empreendidas pelo Estado brasileiro, com destaque para o Novo Regime Fiscal (EC 95/2016) que impõe um congelamento das despesas primárias da Seguridade Social e Educação por vinte anos. Durante o trabalho debateremos o Estado na era do Monopólios, Fundo público e uma breve análise do orçamento da política de saúde entre os anos de 2015 a 2019. Para compreendermos melhor o cenário que nos entrega esse caldo político, retomamos durante nosso trabalho os governos de Fernando Henrique Cardoso até o de Bolsonaro.

Palavras-Chave: Estado. Fundo Público. Orçamento. Política Social.



VENTURA, CJ N. **BOURGEOIS STATE AND THE COUNTER-REFORMS IN BRAZIL: THE IMPACTS OF EC 95/2016 ON HEALTH POLICY**. 2021. Course Completion Paper (Bachelor of Social Service) - School of Social Service, Federal University of the State of Rio De Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

### **ABSTRACT**

This paper aims to promote a debate on the latest counter-reformist measures undertaken by the Brazilian State, with emphasis on the New Fiscal Regime (EC 95/2016) which imposes a freeze on primary expenditure on Social Security and Education for twenty years. During the work, we will debate the State in the era of Monopolies, Public Fund and a brief analysis of the health policy budget between the years 2015 to 2019. Fernando Henrique Cardoso until that of Bolsonaro.

Keywords: State. Public Fund. Budget. Social Policy.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	11
<b>1.1 - Crise do Capital e a ação do Estado</b>	16
<b>1.2 - Estado burguês na era dos monopólios</b>	18
<b>2- FUNDO PÚBLICO E CONTRARREFORMAS NO BRASIL NO CONTEXTO NEOLIBERAL</b>	29
<b>2.1 - Fundo público em debate</b>	29
<b>2.2 - O avanço neoliberal no Brasil e as contrarreformas do fundo público:</b>	37
<b>3- A POLÍTICA DE SAÚDE EM XEQUE: ANÁLISE ORÇAMENTÁRIA EM TEMPOS DE AJUSTE FISCAL PERMANENTE</b>	51
<b>3.1 – Ultraneoliberalismo e Novo Regime Fiscal</b>	51
<b>3.2 – Os impactos da EC95 na saúde: breve análise orçamentária</b>	56
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	68

## INTRODUÇÃO

Existe um conto iorubá que narra como o orixá<sup>1</sup> Exu<sup>2</sup> se tornou rei de Ijebu. Segundo a história, chamaram Exú para que ele realizasse um ebó<sup>3</sup> que trouxesse muita fortuna e depois de ter arriado o ebó ele partiu para cidade de Ijebu. Chegando lá se hospedou na casa de um oficial do palácio (a tradição era que os forasteiros fossem recebidos no palácio do chefe local). Enquanto todos dormiam Exu saiu devagarinho, ateou fogo no telhado da casa que era de palha e como louco gritava se fazendo de inocente. Gritava afirmando que havia perdido grandes fortunas no incêndio. Quanto mais pessoas chegavam, mais ele repetia que havia perdido grandes fortunas. Num instante toda casa havia pegado fogo e restou apenas cinzas do local. Diante de tamanha comoção, o chefe do palácio veio até o local para ver o que havia ocorrido. Exú então repetiu mais uma vez sobre suas perdas. A lei obrigava que o chefe ressarcisse o dano causado ao estrangeiro, porém não havendo riquezas suficientes que suprissem as perdas de Exú, em detrimento de si mesmo, o chefe da aldeia declarou Exú rei de Ijebu daquele dia em diante (PRANDI, 2001, p.47).

Início este trabalho com este Itan de Exu em primeiro lugar como um tributo a minha ancestralidade, e em segundo porque este conto nos permite dar o pontapé inicial no debate do poder que uma narrativa socialmente construída pode ter em legitimar mudanças significativas no seio do tecido social. Exu tendo conhecimento da lei a utilizou em seu favor, pois ninguém poderia questionar uma reivindicação que houvesse uma base legal. Da mesma forma, nos dias atuais o capital se utiliza de mecanismos legais para garantir a sua reprodução e a questão moral do se é certo ou errado – ou melhor, do que é justo ou não – tem pouca importância. Quando se trata de atingir seus objetivos o capital retoma a máxima de Maquiavel: “os fins justificam os meios”.

Nosso objetivo é analisar o papel do Estado Burguês na implementação de contrarreformas em períodos de crise do capital. Tendo em perspectiva o capitalismo brasileiro de tipo dependente, propõe-se debater quais as transformações contemporâneas na relação entre classes e Estado e de que maneira se organizam as estruturas de poder presentes no interior deste último. Compreendendo que estamos inseridos em um contexto neoliberal desde os anos 1990 a necessidade de estudar o papel o Estado se coloca frente às demandas do grande capital

---

<sup>1</sup> Orixá é divindade iorubá, cultuado no Brasil em religiões de matriz africana, entre elas se destacam a umbanda e o candomblé.

<sup>2</sup> Exu orixá que é o senhor do movimento, dono das encruzilhadas, primeiro ser criado por Olorum.

<sup>3</sup> Oferenda entregue aos Orixás, cada ebó tem sua ritualística própria e cumprem um propósito específico.

em contraponto às necessidades da classe trabalhadora e é crucial para compreender como se materializam essas relações de produção e reprodução e a correlação de forças no cenário atual. Esses embates entre capital e trabalho se expressam também, no campo político, na disputa por um item essencial: o fundo público.

Em tempos de crise a disputa pelo fundo público torna-se cada vez mais acirrada. Torna-se imprescindível entender o papel do fundo público e sua importância para o desenvolvimento do modo de produção capitalista e da classe trabalhadora. Sendo assim cabe a nós realizar as mediações necessárias para compreender como esses embates entre capital e trabalho se expressam através de medidas como as contrarreformas recentes, objetivo central deste trabalho.

A EC 95/2016 (Emenda Constitucional nº 95 do conhecida como Teto dos Gastos) vem colocar em vigor um Novo Regime Fiscal (NRF) que congela por 20 anos os investimentos nos setores primários, tendo como ano de referência as despesas primárias pagas no exercício de 2016 sendo corrigido em 7,2%<sup>4</sup> em 2017 e nos anos subsequentes pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Nossa intenção é compreender os impactos gerados a partir do NRF às políticas sociais e à política de saúde, elencando os prejuízos a partir do primeiro ano da vigência em 2018.

A temática a ser debatida se coloca em destaque compreendendo o momento político que enfrentamos, e observar a forma como os ataques aos direitos sociais vem se agravando no contexto pós-golpe<sup>5</sup> torna-se fundamental para a análise das políticas sociais hoje. O projeto de governo apresentado pelo MDB (Movimento Democrático Brasileiro) se constitui como ilegítimo porque para além deste programa neoliberal não ter passado pelas urnas, o governo tem empreendido uma série de medidas que atacam direitos historicamente instituídos de forma antipopular e autocrática.

Nesse sentido nosso esforço compreende estabelecer de forma crítica e analítica como essa imposição do Estado por meio das contrarreformas, é fruto das correlações de forças presentes no momento em que a crise do capital exige o exponencial direcionamento do Estado para os interesses da burguesia, em especial da oligarquia financeira. Diante disso compreender

---

<sup>4</sup> Fonte: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/2016/emendaconstitucional-95-15-dezembro-2016-784029-publicacaooriginal-151558-pl.html>

<sup>5</sup> Entende-se como Golpe, o processo de impeachment sofrido pela presidenta Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores) em 17 de maio de 2016, compreendendo que o julgamento sofrido pela presidenta não havia base jurídica que fundamenta-se qualquer desvio de conduta que configura-se crime de responsabilidade, o processo ganha legitimidade pois a burguesia nacional e internacional se utiliza de mecanismos via grande mídia, dando a ideia de um apoio da população frente ao processo.

o papel que o Estado Burguês desempenha em tempos do avanço do neoliberalismo, torna-se crucial para captar quais desdobramentos se darão sobre as Políticas Sociais e a Seguridade Social. Medidas de austeridade e supressão dos direitos sociais, impactam de forma direta na atuação do Serviço Social, a redução de recursos para a saúde, corte ou extinção de programas sociais, o congelamento dos gastos previsto no NRF, todos esses rebatimentos dessa estrutura política-econômica influenciam diretamente na atuação profissional, portanto objeto da pesquisa se apresenta de extrema relevância.

Enquanto graduando em Serviço Social e futuro Assistente Social, o tema se apresenta de extrema relevância pois a EC 95 atinge uma das principais ferramentas no enfrentamento da “Questão Social”<sup>6</sup>, as políticas sociais, fica claro como esse achatamento do orçamento provocado pela EC 95 impactará de forma direta a atuação dos Assistentes Sociais. Portanto compreender a totalidade dos processos que cercam a EC 95, torna-se indispensável para elucidar possíveis enfrentamentos enquanto categoria.

Tomamos como base o método de Marx, o materialismo histórico dialético, ferramenta essencial das classes exploradas para compreender a realidade concreta no modo de produção capitalista. Consideramos o método de Marx o único que proporciona ao nosso estudo uma perspectiva de totalidade sobre todos os elementos históricos, proporcionando para nós um amplo arcabouço teórico e metodológico a fim de interpretarmos as dinâmicas impostas pela contradição essencial entre capital e trabalho. As categorias e os conceitos centrais aqui discutidos são: crise do capital, políticas sociais, Estado, fundo público e neoliberalismo.

Existe uma categoria essencial na literatura Marxiana que terá papel fundamental em toda nossa elaboração teórica, a Lei do Valor. Esta categoria será trabalhada ao longo deste trabalho e demonstrará como o materialismo histórico dialético é a ferramenta necessária para o enfrentamento ideológico ainda nos dias atuais.

Do ponto de vista da pesquisa empírica, a mesma se estrutura a partir de uma pesquisa explicativa, qualitativa, utilizando fontes secundárias como trabalhos, artigos, livros, notas técnicas, que abordam o NRF, realizando projeções de seus impactos na seguridade social. Mas também utilizaremos, como forma de embasar e substanciar nossa análise, fontes primárias, como documentos oficiais do governo federal (emendas constitucionais e leis), bem como a análise do Orçamento Público Federal, tomando como base os gastos previstos para a função

---

<sup>6</sup>Segundo Iamamoto (1998, p.27) “A Questão Social é apreendida como um conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade”.

saúde na unidade orçamentária Ministério da Saúde na Leis Orçamentárias Anuais (LOA) de 2015 a 2019 por meio do uso da plataforma online Siga Brasil (do Senado Federal). Optamos neste trabalho trabalhar com os valores empenhados, pois apresentaram uma leitura real da composição orçamentária considerando os contingenciamentos, e todas as alterações realizadas ao longo da execução.

O trabalho se divide em três capítulos no primeiro intitulado "Crise do capital e novas requisições ao Estado", iniciamos o debate sobre crise no modo de produção capitalista, buscando compreender suas características e como atua o Estado no capitalismo em sua fase monopólica. Para esse debate recorreremos à obra de Ernest Mandel (1982) "Capitalismo Tardio" que nos deu a base necessária para compreender as transformações que o Estado passa em sua nova missão de garantidor das condições gerais de acumulação. Em paralelo no debate sobre crise podemos recorrer a István Mészáros (1930) que nos dá uma leitura clara de como a crise se manifesta no modo de produção capitalista e seus principais agentes.

No segundo capítulo "Fundo Público em debate" procuraremos elucidar o leitor sobre o debate do conceito de fundo público e de como esse aparato estatal se torna indispensável para a reprodução ampliada do capital. Debateremos também o avanço da ideologia neoliberal nos anos 1980 e de como as contrarreformas impostas ao Estado expropriam a classe trabalhadora a partir dos anos 1990 no Brasil. Para tanto recorreremos a Elaine Behring (2008;2010) e Francisco de Oliveira (1998) que nos proporcionaram um debate interessante sobre o conceito de fundo público e a sua centralidade no capitalismo monopolista.

No terceiro e último capítulo "A política de saúde em xeque: análise orçamentária em tempos de ajuste fiscal permanente" debateremos sobre a nova fase do neoliberalismo no contexto do ultraneoliberalismo. Com as contribuições de Fiúza (2020a) conseguimos trazer para o leitor um retrato panorâmico da atual situação que enfrentamos e quais são os novos desafios que nos são impostos. No debate do Novo Regime Fiscal (NRF) contamos com as contribuições de Ulhôa e Filho (2018), que foram essenciais para compreender os rebatimentos do NRF nos Estados e Municípios. Realizamos também uma breve análise orçamentária da política de saúde, observando a função saúde como um todo, mas se debruçando sobre a unidade orçamentária Ministério da Saúde.

Nesse sentido, o trabalho busca fornecer ao leitor uma visão ampla de todas as condicionantes que tornaram possível a criação de um mecanismo que pode ser considerado o mais danoso às políticas da Seguridade Social e de Educação frente a todas as contrarreformas empreendidas nos últimos anos. O NRF se apresenta como a medida mais nefasta, pois

inviabiliza qualquer mudança significativa na condução das políticas via orçamento. Esperamos ao longo deste trabalho proporcionar ao leitor os elementos necessários para compreender que mais do que nunca a organização dos trabalhadores frente aos ataques do capital passou de uma necessidade e ganhou o caráter de imperativo, a ser empreendido de urgência.

## 1- CRISE DO CAPITAL E NOVAS REQUISIÇÕES AO ESTADO

Neste primeiro capítulo procuraremos trazer alguns elementos que possam nos elucidar do que se trata a crise do capital e como ela se situa no capitalismo em sua fase monopólica. Num primeiro momento se faz necessário recuperar os elementos fundantes da produção no capitalismo, debatendo a partir dos autores Marx (2017), Mandel (1982), Ianni (1989), Mészáros (2011) a dimensão que o Estado tem na organização das classes e da produção social, seguida de uma análise mais de fundamentação do que seria esse Estado no capitalismo contemporâneo e em especial na formação sócio-histórica brasileira.

É importante destacar que nossa análise partirá do materialismo histórico dialético, compreendo a centralidade do método de Marx para apreender as dinâmicas do modo de produção capitalista, portanto no decorrer desse trabalho recorreremos tanto a literatura marxiana, como a literatura marxista, esse segundo a partir dos autores clássicos como também os contemporâneos.

### 1.1 - Crise do Capital e a ação do Estado

Expropriação, exploração, extração do mais-valor, o processo de “mercadorização” da vida e a divisão social do trabalho, são elementos que demarcam o modo de produção capitalista. A exploração do trabalho não é um elemento exclusivo do capitalismo, mas esteve presente em toda organização que tinha como pressuposto a divisão da sociedade em classes. O que diferencia a exploração no modo de produção capitalista dos modos de produção precedentes se define, segundo Mandel, pela universalização da produção de mercadorias, o que por consequência envolve a transformação da força de trabalho em mercadoria e os meios de produção em capital. (MANDEL, 1982, p.369)

O surgimento dos grandes monopólios, o processo acentuado de centralização e concentração de capital, o avanço da grande indústria e a produção de mercadorias em uma escala global gera o que Marx (2017) vai determinar como a interdependência entre os países<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup> O processo de concentração e centralização de Capital, vai produzir através do globo países que apresentarão o enorme avanço das forças produtivas e acelerado processo de acumulação e desenvolvimento capitalista, realizando domínio sobre as economias que ocupam um espaço subalterno no mercado internacional, se apresenta aqui a relação entre países centrais e dependentes. Lênin (2008) ao tratar do Imperialismo apresenta os traços fundamentais da era dos monopólios, trazendo como um deles a partilha do mundo entre as grandes nações de capitalismo avançado, que nada mais é do que a disputa entre os países centrais por espaços de exportação de seus capitais e mercadorias e domínio político e econômico.



rompe com limites da produção nacional e cada vez mais o intercâmbio entre as mais distintas mercadorias em todo mundo se torna possível.

Essa capacidade produtiva gera no interior do capitalismo a necessidade da abertura de novos mercados, por isso o investimento massivo do capital em tornar o modo de produção capitalista hegemônico no globo terrestre. Nos processos de organização da produção, que avança desde o período das corporações fechadas à grande indústria, a centralidade da realização do valor se dispõe como um ponto comum nesses períodos.

A compreensão da crise no modo de produção capitalista exige entender sua organização e a dinâmica do próprio capital em seu processo de autovalorização. A crise vivenciada na grande depressão 1929-1933 trazia em si um dado já apontado pelos autores marxistas em relação a esse modelo de organização. Diferente das crises vivenciadas em outros modos de produção, a crise no sistema capitalista não se dá a partir da escassez de mercadorias, mas sim por sua superprodução.

Dada a nova forma de ser da crise, ingressamos então em uma nova fase, sem intervalos cíclicos entre expansão e recessão, mas presenciando a *eclosão de precipitações mais frequentes e contínuas*. (MÉSZÁROS, 2011, p.12. Grifos do autor)

Mandel (1982) realiza sua análise sobre a crise procurando compreender a dinâmica da produção e seus determinantes sociais. Destaca que a diferenciação entre quem produz as mercadorias (produtores diretos) e os detentores dos meios de produção (proprietários dos frutos do trabalho) passa por um processo histórico de apagamento, ao ponto que o trabalhador não consegue se enxergar quanto participante desse processo, esse fenômeno Marx (2011) denomina como alienação.

O capitalismo tardio, marca um período histórico do desenvolvimento do modo de produção capitalista em que a contradição entre o crescimento das forças produtivas e a sobrevivência das relações de produção capitalistas assume uma forma explosiva. Essa contradição leva a uma crise cada vez mais acentuada dessas relações de produção. (MANDEL, 1982, p.393)

A tendência do capital de procurar cada vez mais reduzir seus gastos com capital variável e a ampliação de investimento em capital constante gesta no seu interior uma dinâmica contraditória. Apesar do trabalho vivo ser a força capaz de gerar o mais-valor, os capitalistas tendem a cada vez mais ampliar seu investimento em tecnologias que substituam o trabalhador, ampliando sua capacidade produtiva, e submetendo o trabalhador ao mesmo ritmo de produção que muitos outros trabalhadores poderiam realizar no mesmo tempo. Ou seja: o capital amplia a produtividade do trabalho sem ampliar a quantidade de trabalhadores.

Essa alteração na composição orgânica do capital cria uma série de novas configurações no mundo do trabalho. A ampliação do desemprego, a redução da circulação de mercadorias e

a conseqüente não realização do valor, somado a superacumulação, gestam crises constantes que se constituem como elemento estruturante do modo de produção capitalista.

Por essa razão, a crise das relações de produção capitalistas se apresenta como crise de um sistema de relações de homens, dentro e entre as unidades de produção (empresas), que corresponde cada vez menos à base técnica do trabalho, quer em sua forma presente, quer em sua forma potencial. Portanto essa crise podemos definir como uma crise não só das condições capitalistas de apropriação, valorização e acumulação, mas também da produção de mercadorias, da divisão capitalista do trabalho, da estrutura capitalista da empresa, do Estado nacional burguês e da subordinação do trabalho ao capital como um todo. Todas essas múltiplas crises são apenas diferentes facetas de uma única realidade, de uma totalidade sócio-econômica: o modo de produção capitalista. (MANDEL, 1982, p.399)

Para Mandel (1982) a crise capitalista deve ser enxergada como um fenômeno global, como decadência histórica de todo um sistema social e do modo de produção em operação durante todo o período do capitalismo tardio<sup>8</sup>. Compreende os picos dessa crise como momentos pré-revolucionários e revolucionários da luta de classes, quando o proletariado apresenta objetivamente a ameaça a destruição do capitalismo e de inauguração da transição para o socialismo (MANDEL, 1982, p.398).

## 1.2 - Estado burguês na era dos monopólios

É a contradição enraizada no modo de produção capitalista que procura cada vez mais socializar o trabalho e ao mesmo tempo ampliar a apropriação privada de mais-valor. Com o aprofundamento da crise essas relações ficam mais evidentes ao passo que o capital se utiliza dos mais diversos mecanismos para manter as suas bases de sustentação, portanto, “salvar o sistema” torna-se tarefa não só da burguesia mas também do Estado.

O fortalecimento do Estado no capitalismo tardio é uma expressão da tentativa do capital de superar suas contradições internas. Para Mandel (1982) é de extrema importância destacar que a crise contemporânea do Estado nacional burguês não pode ser desassociada da crise de relações de produção capitalistas<sup>9</sup>.

---

<sup>8</sup> “O capitalismo tardio ou maduro caracteriza-se por intenso processo de monopolização de capital, pela intervenção do Estado na economia e no livre movimento do mercado, constituindo-se oligopólios privados (empresas) e estatais (empresas e fundações públicas), e expande-se entre a crise de 1929-32 e, sobretudo, após a Segunda Guerra Mundial”. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p.82-83)

<sup>9</sup> Deste modo nos parece importante sinalizar que toda chamada “crise do Estado” só pode ser compreendida como crise do capital e das relações sociais de produção.

É nesse cenário, em que a busca pela obtenção de mais-valor esbarra em limites provocados pela própria acumulação do capital – vide a Lei Geral de Acumulação e as grandes massas de capital excedente sem espaços de valorização - o capital apresenta a sua face mais perversa na busca incessante por novos nichos de exploração recorrendo inclusive ao fundo público<sup>10</sup>. Essa busca incessante pela realização do valor evidencia que os valores de uso das mercadorias são subsumidos em função dos seus valores de troca. Em determinados momentos a realização do valor se dá de forma imediata, ou segue para o outro extremo de nem chegar a se realizar como Antunes (2011) observa:

[...] o sistema de capital não pode mais se desenvolver sem recorrer *a taxa de utilização decrescente do valor de uso das mercadorias* como mecanismo que lhe é intrínseco. [...] subordinando seu valor de uso aos imperativos do valor de troca. (ANTUNES, 2011, p.12, GRIFO DO AUTOR)

O quadro de crise sistêmica que se apresenta traz para o mundo do trabalho novos enfrentamentos: o desemprego estrutural, a flexibilização das relações de trabalho e toda uma série de direitos conquistados pela classe trabalhadora por diversos processos de luta no século XX é posto em cheque nessa nova fase do capitalismo. Estamos diante da barbárie institucionalizada e tendo como um dos seus principais legitimadores o Estado Burguês.

Isso acentua outra contradição vital na qual o mundo do trabalho mergulhou ainda mais intensamente neste início de século: se as taxas de desemprego continuam se ampliando, aumentando de forma explosiva os níveis de degradação e barbárie social oriundas do desemprego. Se, ao contrário, o mundo produtivo retomar os níveis de crescimento anteriores, aumentando a produção e seu modo de vida fundado na superfluidade e no desperdício, teremos a intensificação ainda maior da destruição da natureza, ampliando a lógica destrutiva hoje dominante. (MÉSZÁROS, 2011, p.13)

A princípio o remédio para a crise dos anos 1930 se inspirou em diversas medidas keynesianas-fordistas<sup>11</sup> que colocava o Estado como principal financiador do capital, de forma direta e indireta. Direta quanto Estado empenha seus recursos para criar condições plenas para o desenvolvimento da produção, seja na isenção de impostos, construção de rodovias, hidrovias, empresas de base, garantindo as condições gerais de acumulação do capital e de forma indireta quando o Estado se responsabiliza por demandas dos trabalhadores, garantindo

---

<sup>10</sup> Podemos dizer que o fundo público é proveniente majoritariamente do trabalho e, como explica Behring (2010), é a parte do trabalho excedente que se transformou em lucro, juro ou renda da terra apropriados pelo Estado para o desempenho de múltiplas funções, como também de trabalho necessário por meio dos tributos. Mas não só. dado a tributação regressiva deste país é também trabalho necessário, ou seja, salário, como afirma Salvador (2010).

<sup>11</sup> O modelo Keynesiano conta com uma forte intervenção do Estado, enquanto regulador, entre as relações de Capital e Trabalho, tendo com seu principal papel evitar grandes crises econômicas do Capitalismo, como a de 1929. Essa política econômica era embasada na teoria do economista inglês John Maynard Keynes, favorável a um Estado forte e regulador para superação das crises de produção, sua teoria é intitulada de keynesianismo.

renda mínima aos não assalariados, políticas sociais abrangentes, que atuam como salário indireto, liberando esses gastos da composição dos salários, dessa forma favorecendo o capital.

Isso pode ser observado no pós primeira guerra, com o Welfare State em alguns países da Europa, onde o Estado amplia sua atuação garantindo condições plenas de reprodução tanto para o capital como para o trabalho. Pleno emprego, políticas públicas universalizantes, ampliação dos direitos sociais, embora distintas em cada país. Porém esse modelo de organização entra em colapso, com o fim do U.R.S.S - a ameaça socialista – posto que manter esse modelo de organização não era interessante para o capital, então sua busca pela retomada de crescimento da taxa de lucro se inicia pela redução da atuação do Estado no que tange a reprodução da força de trabalho<sup>12</sup>.

O Welfare States, não foi apenas um conjunto de políticas anticíclicas Keynesianas, mas sim um financiamento público da economia capitalista como aponta Oliveira (1998). Discutir o que foi o Welfare States para o nosso trabalho será extremamente importante para analisar com a generalização das políticas sociais foi estratégico para o enfrentamento da crise, em condições historicamente determinadas em espaço territorial circunscrito.

Dentro da perspectiva Keynesiana naquele cenário a saída para crise seria a partir de uma maior intervenção do Estado na economia, crítico a lei de Say (Lei dos mercados), segundo a qual a oferta cria sua própria demanda, ele compreendia que em períodos de crise não poderia deixar por conta dos empresários ou dos próprios consumidores o equilíbrio da economia, considerando o ato de investir ou estourar por parte do empresariado e o ato de consumir ou poupar pelos trabalhadores pressupõe condições favoráveis que em períodos de crise varia. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p.84)

Com o fim do modelo de Estado-Providência nos anos 1970 será observado a necessidade que o capital imprime de busca pelo crescimento das taxas de lucro, realizando essa alternativa a qualquer preço. A barbarização da vida social não será evitada, pelo contrário, a expansão do exército industrial de reserva, com fim do pleno emprego vivenciado na Europa, trará mudanças significativas na organização do mundo do trabalho.

As conquistas da classe trabalhadora nos “anos dourados do capitalismo”, chega no seu fim e medidas como a flexibilização das relações de trabalho, a desregulamentação da legislação social, o ataque aos sindicatos, a liberalização econômica visam a ampliação da

---

<sup>12</sup> Importante destacar que o Welfare State caracterizou-se por um modelo de proteção social circunscrito geograficamente e datado historicamente. Países de capitalismo periférico como o Brasil não vivenciaram este formato de políticas sociais, embora as tenha tomado com inspiração para construção de algumas de suas políticas.

rentabilidade do capital, que segue numa proporção direta a redução dos custos do trabalho. Como Oliveira (1998) já havia apontado, é uma tendência histórica a socialização dos “custos internos de produção”.

É no fim dos anos 1960 e início dos anos 1970, que a crise do capital ganha novos contornos, em tempos de mundialização do capital, consolidação de uma etapa superior do modo de produção capitalista monopolista, o imperialismo. Na busca pela superação da crise nos países centrais América Latina e África foram laboratórios da inserção de uma nova lógica do capital. O Estado passa a assumir novos papéis que determinaram a sustentação dessas novas bases. Não é por acaso que nesse período começam a eclodir uma série de ditaduras empresariais-militares, com um objetivo claro de garantir a submissão do trabalho à nova lógica do capital financeiro.

Cabe aqui tratarmos do papel do Estado no capitalismo contemporâneo como instrumento de contenção das crises do capital ao longo da história, assumindo diferentes funções em cada momento e localidade. Para Mandel (1982) o Estado tem um papel fundamental no capitalismo em sua fase monopólica. No decorrer de sua obra, *O Capitalismo Tardio*, ele traz alguns elementos importantes para compreender quais são os papéis desempenhados pelo Estado Burguês e como isso reflete na dinâmica da produção. Mandel (1982) compreende o Estado como um produto da divisão social do trabalho e que tem em sua origem um papel claro de sustentar uma estrutura de classe e as relações de produção, cabendo a ele essencialmente três funções principais:

1) criar condições gerais de produção que não podem ser asseguradas pelas atividades privadas dos membros da classe dominante; 2) reprimir qualquer ameaça das classes dominadas ou de frações particulares das classes dominantes ao modo de produção corrente através do Exército, da polícia, do sistema judiciário e penitenciário; 3) integrar as classes dominadas, garantir que a ideologia da sociedade continue sendo da classe dominante e, em consequência, que as classes exploradas aceitem sua própria exploração sem o exercício direto da repressão contra elas (porque acreditam que isso é inevitável, ou que é “dos males o menor”, ou a “vontade suprema”, ou porque não percebem a exploração). (MANDEL, 1982, p.333)

A partir dessa tríade fica mais fácil analisarmos, quando, como e para qual fim o Estado realiza suas intervenções. É necessário compreender o Estado em sua dimensão estrutural, e também na superestrutura onde se manifestam também os antagonismos de classes, a busca incessante por manter a classe trabalhadora em submissão demonstra o caráter classista do Estado, portanto chamá-lo de Estado Burguês coloca sobre destaque o papel por ele desempenhado.

É neste contexto que aprofundaremos nossa análise sobre o papel que o Estado desempenha e quais são suas formas, mecanismo e instrumentos utilizados para manutenção da ordem burguesa e a garantia do funcionamento pelo do modo de produção capitalista. Mandel (1982) reflete sobre as ações do Estado que giram em torno de dois eixos, as funções repressivas e as integradoras.

A função repressiva<sup>13</sup> exaustivamente examinada pelo marxismo clássico e Mandel (1982) aponta que a dominação de classe pautada exclusivamente na coerção levaria a uma condição insustentável de guerra civil permanente, que por consequência esgotaria de forma brutal os trabalhadores. A função integradora foi examinada mais tarde por Lukács e Gramsci, que a atribuíram essencialmente a ideologia de classe dirigente (MANDEL, 1982, p.334)

[...] Esse domínio funcional do Estado inclui essencialmente: assegurar os pré-requisitos gerais e técnicos do processo de produção efetivo (meios de transporte ou de comunicação, serviço postal etc.); providenciar os pré-requisitos gerais e sociais do mesmo processo de produção (como, por exemplo, sob o capitalismo, lei e ordem estáveis, um mercado nacional e um Estado territorial, um sistema monetário); [...] (MANDEL, 1982, p.334)

---

<sup>13</sup> A função repressiva de impor a vontade da classe dominante por meio da coerção (Exército, polícia, lei, sistema penal) [...] (MANDEL, 1982, p.334)

A origem do Estado coincide com a da propriedade privada, mas seria equivocado reduzir sua atuação limitando à natureza da produção e a circulação de mercadorias. O Estado Burguês para Mandel (1982) se distingue de todas as formas anteriores de dominação de classe, por uma particularidade da sociedade burguesa que é inerente ao próprio modo de produção capitalista: o isolamento das esferas público e privada da sociedade.

No capitalismo monopolista a forma como a produção se organiza também é alterado, o dinheiro não é apenas meio de troca para adquirir mercadorias, mas sim início e fim do processo produtivo na realidade o que é produzido não visa atender a uma necessidade social, mas sim para obtenção de lucro, desta forma torna-se indiferente o que se produz contanto que no final do processo produtivo o capitalista consiga extrair seu lucro por meio da extração de mais-valia. Nesse sentido a mercadoria força de trabalho também é percebida apenas como parte constituinte dos meios de produção, sendo descaracterizados as necessidades de reprodução dos trabalhadores.

A lógica do capital sempre foi o acréscimo de valor por meio do decréscimo de trabalho vivo. Essa lógica tende também ao subconsumo e para mediar essa contradição que no capital monopolista se acentuou exponencialmente, o Estado tem papel fundamental no controle e na manutenção da força de trabalho ativa e passiva. Desempenhando uma multiplicidade de funções, objetiva garantir os superlucros dos monopólios, regulando níveis determinados de consumo e a disponibilidade sazonal da classe trabalhadora por meio de sua manutenção reprodução direta (saúde, aposentadorias, bolsas, etc) e indireta, com gastos em educação e qualificação profissional, vinculadas ao pensamento burguês e suas necessidades de exploração, com intuito unívoco de garantir o pleno desenvolvimento das forças produtivas.

Será com a consolidação política do proletariado e a necessidade de legitimação pelo Estado da ordem burguesa monopolista, que a questão social se internaliza na ordem político-econômica, executando uma série de funções diretas e indiretas que atuam na garantia das condições gerais de acumulação do capital, dentre elas a reprodução da força de trabalho. E isso se dará via salários indiretos, conhecidos como políticas sociais, que permitem que a classe trabalhadora acesse uma pequena parte do excedente socialmente produzido (via fundo público), garantindo a reprodução de trabalhadores inseridos no processo de exploração e preservando um patamar aquisitivo mínimo para as categorias afastadas do mundo do consumo, garantindo através de mecanismos políticos fazer a distribuição social do ônus que garantam os lucros dos monopólios.

É importante destacar que “o capital é incapaz de produzir por si mesmo a natureza social de sua existência em suas ações...” (MANDEL, 1982, p.336), portanto, o capital necessita do Estado como uma instituição independente, que tenha suas bases nele mesmo, isso não significa que o Estado se limita a ser um mero administrador das relações de produção, mas é importante destacar a centralidade que o Estado vai ganhar nessa nova fase do capitalismo e como os interesses da classe dominante se expressam em suas ações.

É essa dinâmica contraditória nos traz a refletir como as articulações do grande capital incidem diretamente nas políticas de Estado, seja através do parlamento ou nos mecanismos de pressão econômica. A autonomização do poder do Estado na sociedade burguesa para Mandel (1982) é decorrência da predominância da propriedade privada e da concorrência capitalista, sendo essa predominância justamente o que impede essa relativa autonomia.

No cenário de crise essas relações ficam mais visíveis de como o Estado opera para reprimir as classes dominadas quando se organizam contra a precarização da vida, que é reflexo da própria crise. O enfrentamento à crise imposta pelo capital e operacionalizada pelo Estado tem um caráter bem determinado, que obriga que o trabalho pague pela crise.

É claro que em geral sempre se deve lembrar que a ideologia dominante de qualquer sociedade é a ideologia da classe dominante e que a classe que se apropria do produto social controlará as superestruturas construídas com este. (MANDEL, 1982, p.346)

Diante desse panorama, podemos traçar minimamente a importância da disputa do Estado em suas diversas esferas e como esse acirramento das lutas de classe vão se expressar no campo político. O capital utiliza os mais diversos mecanismos para garantir a soberania da sua ideologia, na disputa incansável em ampliar as taxas de lucro, a repressão e expropriação do trabalho ainda é um recurso fundamental para garantia da acumulação, portanto, compreender como essa dinâmica se dá nas ações do Estado brasileiro torna-se central para compreender, como e porque as contrarreformas vêm se apresentando como alternativa para o capital.

É necessário neste momento destacar os objetivos da nossa análise do Estado no Brasil. A partir das reflexões de Octavio Ianni (1989) procuraremos elucidar ao leitor como o Estado brasileiro se consolida em sua fase monopólica e quais serão os seus principais papéis a serem desempenhados e quais serão os elementos centrais de atuação e como isso contribui para manutenção da ordem estabelecida, observando os desdobramentos dessa atuação. Não temos como objetivo nesta explanação retomar o debate de Estado em sua concepção abstrata nos remetendo aos clássicos, mas sim debater o Estado contemporâneo no capitalismo em sua fase monopólica, o imperialismo.



Como observamos no item anterior o Estado passa por transformações ao longo do processo de consolidação do capitalismo, em economias dependentes como a nossa há uma lógica de subserviência em relação às economias dominantes, essa relação gera uma dinâmica contraditória onde o processo de acumulação tem como uma de suas variantes a transferência de capitais<sup>14</sup>. Cabe ao Estado nesse sentido criar mecanismos de controle, a partir de taxaço de produtos importados, barreiras alfandegárias, criação de empresas de base e etc, medidas que favoreçam o mercado interno para conter essa evasão de capitais. Essa postura controladora do Estado evidencia o seu caráter monopolista.

Através de medidas fiscais, cambiais e monetárias, o Estado amplia e refina sua capacidade de controle sobre as possibilidades de poupança e investimento, revelando sua tendência monopolística. (IANNI, 1989, p.12)

Nesse aspecto a política econômica governamental concentra-se na acumulação de capital, como aponta Ianni (1989), portanto toda manifestação do Estado principalmente no período de industrialização do país, passa por esse objetivo de garantidor das condições gerais de acumulação. As ações empreendedoras do Estado não têm o lucro com seu objetivo central, Ianni (1989) compreende que o intervencionismo tem como objetivo favorecer com que as forças do mercado consigam concretizar-se da melhor forma possível, portanto a atuação do Estado torna-se inevitável e necessária.

Observa-se melhor isto quando tomamos como exemplo as empresas estatais como a Petrobrás, um amplo setor da economia depende das produções da empresa para manterem suas atividades econômicas, a empresa cumpre o papel de abastecer os mais diversos setores da economia principalmente o capital produtivo - mas também atende ao capital portador de juros através de suas ações e títulos -, a lógica da lucratividade que é imposta a ela não decorre da intencionalidade do Estado de empreender, mas das forças do mercado que lhe impõe o crescimento.

---

<sup>14</sup> (CHESNAIS, 1996)

Não há dúvida de que a sua atividade se orienta também no sentido da expansão da empresa, da capitalização contínua, etc. Mas isso não é resultado da motivação básica do “lucro”; é a decorrência necessária a lógica do sistema, que lhe impõe normas de organização e atividade, sem as quais qualquer empresa sofre descapitalização. Além do mais, como se modificam continuamente as condições de mercado a empresa se propõe a servir, ela precisa também expandir-se. É que a racionalidade do sistema não é exterior à empresa; por isso, impõe-lhe crescimento. (IANNI, 1989, p.12)

Portanto as atividades e projetos a serem priorizadas pelo Estado serão aquelas que cooperam para a criação de condições de desenvolvimento, favorecendo os capitais privados, criando as condições necessárias para absorção do mercado e concretização dos investimentos. O que está por trás desse mecanismo é a forma como o processo de acumulação de capitais se expressa na economia.

Ao optar por favorecer as empresas e os capitais privados, pode-se verificar uma tendência geral de reduzir ou eliminar os efeitos negativos delas no mercado. Ianni avalia que o Estado se responsabiliza em primeiro plano por criar condições onde a taxa média de lucro do conjunto das empresas não seja afetada pela baixa rentabilidade da empresa encampada por ele.

Em face das tendências da industrialização, configuradas favoravelmente em dados momentos, o Estado desenvolve atividades destinadas a criar as condições de possibilidade de desenvolvimento. Para isso, age em diversos níveis, destacando-se a criação de economias externas, como nos setores de energia, mercado de capital e transporte. (IANNI, 1989, p.14)

O desafio que Ianni nos propõe é compreender como o processo de acumulação de capitais realizado pelo Estado é empreendido na esfera econômica e quem são os beneficiários. Pois as formas que esse empreendimento pode se materializar são diversas, porém quem colhe os frutos são sempre os mesmos, a saber a burguesia.

“A acumulação de capital é o processo pelo qual uma parcela dos bens e serviços disponíveis numa economia, em um determinado período de tempo, incorpora-se à capacidade produtiva dessa economia. Este processo tem dois aspectos fundamentais: por um lado, pode ser encarado como uma dilação do usufruto do trabalho; por outro, como uma expansão da capacidade produtiva. O primeiro aspecto permite-nos focalizar o problema da poupança e o segundo, do investimento.” (BNDE-CEPAL *apud* IANNI, 1989, p.15)

Nesse sentido o processo de industrialização do Brasil é encampado pelo Estado nos anos 1930 não só para atender as necessidades de avanço do modo de produção capitalista (modernização), mas como uma resposta a essa necessidade expansão da capacidade produtiva, que sobrepõe os interesses nacionais, o que IANNI vai definir “[...] que essa industrialização é a expressão possível das metamorfoses do capital agrícola, mediatizado pelo capital estrangeiro”(IANNI, 1989, p.16).

O que está colocado para nós é que cada vez que observamos a atuação do Estado sobre estas determinações sócio-históricas e políticas, a perspectiva de um Estado autônomo e livre fica em suspenso, pois é o próprio capital que mediatiza o Estado, como IANNI aponta:

Em suma, no âmbito do processo de acumulação de capital, originado com a industrialização, o Estado surge como uma mediação. É o próprio capital, nacional e estrangeiro, que mediatiza o Estado, para que se constitua a configuração indispensável à própria manifestação. Desfaz-se, assim, uma das aparências da existência do Estado. A despeito de aparecer como autônomo, livre, em face das manifestações do capital, o desenvolvimento da análise revela que ele concretiza determinações do capital. (IANNI, 1989, p.18)

O Estado burguês para Ianni(1989) irá se comportar como um “órgão de capitalização do excedente econômico”, ou seja, estimula, agiliza, provê e controla de acordo com o estado das forças produtivas e suas possibilidades no atual quadro institucional. É necessário, portanto, apreender a atuação estatal como elemento central no processo de acumulação de capital.

Tais elementos nos instiga a compreender os fluxos de capitais e como eles se expressam na economia, observando assim as tendências e as leis que os regem. Duas tendências merecem destaque são a de concentração e centralização de capitais, respectivamente uma pode ser compreendida como o processo de aumento do capital das unidades empresariais, pela capitalização da mais-valia, e a outra o processo em que se realiza a reunião de capitais individuais diversos em um só. (IANNI, 1989, p.18)

À medida que se acelera a concentração de capital, desenvolve-se a centralização, isto é, a absorção de empresas menores. Inversamente, a integração de empresas impulsiona a concentração de capital. Mas esses processos não se dão apenas internamente. Eles ocorrem simultaneamente no interior da nação e no âmbito do sistema capitalista mundial, o que cria problemas especiais quando se trata de pôr em prática políticas de desenvolvimento. Qualquer atuação estatal precisa lidar com as duas faces da questão. De um lado, enfrentar, controlar ou disciplinar determinadas manifestações dos processos de concentração e centralização, conforme eles ocorrem no âmbito da economia capitalista. (IANNI, 1989, p.18-19)

Estas tendências obrigam de certa forma o Estado a criar mecanismos de controle, pois as dinâmicas econômicas oriundas das disputas da burguesia nacional com o capital estrangeiro, no tocante a evasão de capitais, fenômeno próprio das economias dependentes. A transferência de valor se dá por conta da posição que as economias dependentes se encontram na divisão internacional do trabalho, com o conglomerado tecnológico de alta complexibilidade limitado às economias centrais, as economias dependentes são limitadas de forma estratégica a

exportação de commodities e produtos de baixa complexibilidade, nessa equação a evasão de moeda<sup>15</sup> é infinitamente superior à importação.

E, nesse sentido, a intervenção estatal se orientará de modo a criar a *reserva de mercado*. Assim, o controle das importações, a seletividade cambial, as barreiras alfandegárias se destinam a preservar o mercado interno das pressões exercidas pelo capital internacional. (IANNI, 1989, p.19)

Diante desse panorama, podemos compreender que a medida que a economia nacional sofre mudanças ao estruturar um capitalismo industrial, novas ações são imputadas ao Estado brasileiro, essa nova postura empreendedora do Estado exigirá esforços econômicos importantes que terão impactos significativos no orçamento federal, em por conseguinte uma nova disputa se apresenta no campo da luta de classes por um item essencial, o fundo público. No próximo capítulo abordaremos como essa transformação impactam de forma direta a classe trabalhadora, e qual a relação do fundo público com a dívida.

---

<sup>15</sup> Leia-se dólar.

## **2- FUNDO PÚBLICO E CONTRARREFORMAS NO BRASIL NO CONTEXTO NEOLIBERAL**

### **2.1 - Fundo público em debate**

Nesta seção procuraremos proporcionar aos leitores uma introdução ao debate sobre fundo público e como ele se estrutura na realidade brasileira sob a égide do neoliberalismo. Para realizar esse debate nos apoiaremos nas produções de dois autores, Oliveira (1988) e Behring (2008), que vêm debatendo ao longo das últimas décadas o processo de expropriação do fundo público.

É importante destacar que apesar dos autores se apoiarem no materialismo histórico dialético para compreender as dinâmicas da realidade concreta, eles terão em alguns momentos opiniões divergentes quanto a esse objeto de estudo, que para a tradição marxista contribui muito na promoção desse debate tão essencial. Procuraremos então realizar uma síntese de ambos os debates e apresentar suas distinções e apontar qual caminho que nos auxilia na compreensão deste debate.

Oliveira (1998) inicia sua análise afirmando que o Welfare State, não foi apenas uma consequência das políticas anticíclicas Keynesianas, mas sim um financiamento público da economia capitalista, compreendendo este processo como um financiamento direto do Estado para garantia da manutenção das condições gerais de acumulação do capital (MANDEL, 1982). Para Oliveira o fundo público passa ser um pressuposto financeiro para a acumulação de capital, ou seja, a própria dinâmica da produção capitalista depende necessariamente desse aparato estatal. Da mesma forma que é a partir desse fundo público que demandas da classe trabalhadora serão atendidas, portanto há uma constante uma disputa por este item que no capitalismo em sua fase monopólica torna-se imprescindível.

[...]o fundo público é agora um ex-ante das condições de reprodução de cada capital particular e das condições de vida, em lugar do seu caráter ex-post, típico do capitalismo concorrencial. Ele é a referência pressuposta principal, que no jargão de hoje sinaliza as possibilidades de reprodução. (Oliveira, 1998, p.21)

O fundo público é todo aparato estatal constituído parte pelo trabalho excedente, ou seja, mais valor extraído via exploração do trabalho, e parte do trabalho necessário (salário), extraído via tributação. Oliveira (1998) vai apontar como nos grandes países industrializados o salário indireto (políticas sociais) têm um papel fundamental na constituição do trabalho abstrato em

algumas sociedades. Nos anos 60 ele aponta o aumento considerável dos gastos do Estado com políticas públicas e sociais, compreendendo que esse processo de ampliação do Estado atendendo as necessidades do trabalho faz parte de uma tendência histórica de socialização dos “custos internos de produção”, que possibilitam a liberação do salário direto para o consumo de massas.

A presença dos fundos públicos, pelo lado, desta vez, da reprodução da força de trabalho e dos gastos sociais públicos gerais, é estrutural ao capitalismo contemporâneo, e, até prova em contrário, insubstituível” (Oliveira, 1998, p.23).

O modelo de Estado-Providência chega em seu limite de forma concomitante ao processo de internacionalização produtiva e financeira capitalista, estes processos fizeram o modelo Fordista-Keynesiano se esgotar de forma que esse processo internacionalização retirou parte dos ganhos fiscais dos países centrais. Com a ida de grandes empresas para países dependentes, os países centrais tiveram uma redução em sua arrecadação, porém o fundo público manteve financiando a reprodução do capital e da força de trabalho. A crise fiscal se instaura, quando a necessidade de investimento público aumenta em detrimento ao acúmulo de receitas fiscais e parafiscais, levando ao déficit público.

Oliveira (1998) vai analisar que o padrão de financiamento público do Welfare State provocou uma mudança nos fundamentos da categoria valor, quando a coloca como parte central da reprodução do capital e do trabalho, ou seja, o sobrepeso sobre a necessidade de produzir valor (compreendendo que o capital produtivo é única função que gera valor)<sup>16</sup> provoca uma “implosão” do valor como único pressuposto para a reprodução ampliada do capital.

Nesse sentido, é o fundo público que vai agilizar a circulação de capital, quando intervém por meio de incentivos, subsídios, infra-estrutura, que auxiliam no processo de valorização do valor. Oliveira considera que o fundo público não cria valor, pelo contrário se manifesta como antivalor. Quanto a isso é necessário relacionar alguns pontos e fazer uma mediação entre o que vem sendo debatido até agora e as contradições que se apresentaram na argumentação do autor.

É consenso que o fundo público em si não é valor, porém não é tangível desconsiderar sua participação no processo de valorização do valor. Até este momento Oliveira (1998) vem destacando a importância do fundo público (FP), sua centralidade no capitalismo monopolista, inclusive como o FP é decisivo na formação da taxa média de lucro do setor

---

<sup>16</sup> (Behring, 2012, p.157)

oligopolista. Ele supõe que o FP, enquanto pressuposto especial, retirou o capital constante e variável como pressuposto principal, ou seja, todo processo de acumulação pressupõe do fundo público de cada capital em particular.

A contradição surge quando Oliveira (1998) analisa que essa relação entre o FP e cada capital em particular, leva o FP a comportar-se como um anticapital, pois para ele a relação entre o FP que não é valor com a sua função de sustentação do capital destrói o caráter auto-reflexivo do valor. Porque agora o valor não pode reportar a si mesmo somente, mas tem necessariamente que reportar-se a outros componentes, no caso o FP. (1998, p.29)

Behring (2008) traça um paralelo sobre a compreensão de fundo público ainda na elaboração de Marx em O Capital, compreendendo os caminhos que o autor aponta para entender essa dinâmica, observando que ao passar do tempo o fundo público vai ganhando novos papéis, ampliando gradativamente sua importância e a centralidade no processo de acumulação capitalista. Em sua análise compreende que o caminho que nos foi deixado é de compreender como um conjunto de fatores objetivos e subjetivos que se realizam no modo de produção capitalista em sua fase madura, implica na dinâmica de realização do valor, e qual a relevância do fundo público para este processo.

Na verdade, o que se observa é que o fundo público assume tarefas e proporções cada vez maiores no capitalismo contemporâneo, diga-se, em sua fase madura e fortemente destrutiva, com o predomínio do neoliberalismo e da financeirização, não obstante todas as odes puramente ideológicas em prol do Estado mínimo, amplamente difundidos desde os anos 80 do século XX. (BEHRING, 2008, p.14)

A partir da contribuição de Behring (2008) podemos observar que para analisarmos e compreendermos o papel do fundo público precisamos retornar a uma categoria central na obra marxiana, a lei do valor. Quando compreendemos plenamente como o valor se realiza e quais são os fatores determinantes para isso, estamos a um passo de decodificar a dinâmica do capital. É Marx que sistematiza e observa a lei do valor e seus desdobramentos, ele apresenta a busca pela realização do valor como uma “caça apaixonada”, o ciclo de produção expresso pela fórmula D-M-D'<sup>17</sup>, exemplifica o caminho em que o valor se realiza que para Marx seria necessariamente mediado pela produção de mercadorias.

Para Marx a sociedade burguesa se apresenta como um grande amontoado de mercadorias, conferindo ao modo de produção capitalista uma forma singular e demarcando a sua distinção a modelos societários anteriores. Para sair da aparência deste fenômeno ele

---

<sup>17</sup> Compreende-se D: como dinheiro, M: mercadoria e D': dinheiro acrescido de valor.

procura explicar a intencionalidade que atravessa a produção, que está para além de atender as necessidades humanas e sim os interesses do capital.

Ainda segundo o autor toda mercadoria se dispõe de um valor de uso, que é socialmente definido, que no modo de produção será expresso em um valor de troca, ou seja, passa por um processo de valorização. Marx compreende que esse processo de valorização só é possível porque a força de trabalho é remunerada abaixo de seu valor, sendo o salário não o valor referente ao tempo de trabalho empregado pelo trabalhador, mas sim como tempo médio socialmente necessário a sua reprodução.

No modo de produção capitalista toda ação do capital tem como objetivo central o lucro, e a forma de se alcançar o lucro bate necessariamente na realização do valor. Tomemos por exemplo uma fábrica de sapatos: em todo seu processo produtivo desde a aquisição de matéria prima, despesas com capital constante (máquinas), despesas com capital variável e etc., se aposta na realização do valor por meio da venda. Se tal fábrica consegue equacionar a fórmula orgânica do capital<sup>18</sup> de tal forma que a produção duplique mantendo a mesma despesas, a expectativa é que essa otimização da produção gere mais lucro, porém se o mercado não absorve essa produção o valor não se realiza, e neste cenário nos deparamos com o fenômeno de superprodução, onde o ciclo de produção não acompanha a absorção do mercado.

O que o capital persegue apaixonadamente é o acréscimo de valor que apenas a subsunção real do trabalho ao capital e a sua exploração no processo de produção, que conjuga ao mesmo tempo processo de trabalho e valorização, podem concretizar. (BEHRING, 2008, p.16)

Sob o advento da crise do capital que observamos desde 2008 a não realização do valor gera no interior do modo de produção capitalista uma cisão importante na compreensão de que a valorização não se materializa necessariamente através das mercadorias, mas sim nas relações de produção. Marx observa um fenômeno inerente ao modo de produção capitalista, em que existe uma queda tendencial da taxa de lucro das mercadorias, resultante de modelo de produção que tem a concorrência como mecanismo central de desenvolvimento, seja essa disputa entre empresas do mesmo ramo ou entre países, como aponta Mandel (1982).

Marx quer alertar ao fato de que tal queda independe da repartição da mais-valia, já que opera no contexto da produção. [...] Na verdade, essa tendência não é mais contundente e profunda porque são desencadeadas “causas contrariantes”, dentre as quais Marx destaca: a elevação do grau de exploração da força de trabalho; a introdução de novas tecnologias capital-intensivas, que impõe óbices imediatos pela intensa exploração da força do trabalho, mas operam mediatamente para a queda das taxas de lucro, o que implica uma profunda contradição; a compressão do salário abaixo de seu valor médio; o barateamento dos elementos do capital constante;

---

<sup>18</sup>  $Q=CC/CV$  dizer o q significa



aumento da superpopulação relativa como pressão relativa sobre os salários; e o comércio exterior. (BEHRING, 2008, p.18-19)

O debate sobre a teoria do valor se torna central na elaboração deste trabalho e atravessará todos os capítulos, e reforçamos como ela pode ser observada em momentos históricos distintos, com condições extremamente diversas, sobre os mais variados tipos de regimes políticos e econômicos. Neste momento o leitor pode estar se perguntando: porque bater tanto nessa tecla? Pois bem. O retorno aos fundamentos marxianos da economia política se faz necessários para compreender como as relações de produção estão diretamente ligadas à esfera política, e como a dominação política é essencial para manutenção da hegemonia da classe dominante, principalmente nos períodos de crise.

A necessidade de discutir fundo público se apresenta em uma conjuntura extremamente adversa, onde convivemos de forma cotidiana com a barbárie, onde a mercadoria prevalece sobre a vida, o lucro; o juro e o arrendamento da terra pressupõem qualquer relação. Estamos ambientados em um momento histórico em que a crise domina qualquer boletim econômico, mas essa realidade dramática não é para todos. Existe uma parcela da sociedade que prospera em meio ao caos, para os quais a crise é um sistema extremamente lucrativo. Lênin (2017) já apontava os caminhos que o capital bancário iria seguir. Na fase em que nos encontramos de uma economia extremamente financeirizada e dominada pelo capital portador de juros, a expropriação alcança níveis mais altos, o capital não se limita apenas a se apropriar do trabalho excedente, mas também de parte do trabalho necessário, através de mecanismos legais.

O sistema tributário brasileiro é um desses mecanismos, posto que no Brasil a tributação se realiza essencialmente em três formas: sobre renda, patrimônio e consumo. Percentualmente incide sobre patrimônio 3,52%; renda 24,14%; e consumo 68,20%<sup>19</sup>, dessa forma se configura como um sistema tributário regressivo, pois o tributo tem uma relação inversa à renda do contribuinte<sup>20</sup>, esse modelo tributário é perverso pois onera aqueles que mais precisam, onde sua renda é comprometida quase em sua totalidade.

O sistema tributário no Brasil tem sido um instrumento a favor da concentração da renda (SALVADOR, 2010), agravando a carga tributária sobre a massa trabalhadora e aliviando

---

<sup>19</sup>Cálculo realizado tendo por base Brasil (MELO, 2011, p.16). Tais dados consideram a receita tributária brasileira por base de incidência em 2010 e apontam de forma refletida, com a devida alocação dos percentuais atribuídos à seguridade social, a qual também repercute no consumo de bens e serviços.

<sup>20</sup> “Os tributos quando comparados à renda dos contribuintes podem ser regressivos, progressivos e proporcionais. Um tributo é regressivo à medida que tem uma relação inversa com o nível de renda do contribuinte. A regressão ocorre porque prejudica mais os contribuintes com menor poder aquisitivo. O inverso ocorre quando o tributo é progressivo, pois aumenta a participação do contribuinte à medida que cresce sua renda; isso significa mais progressividade e justiça fiscal, pois arcam com o maior ônus da tributação os cidadãos com as condições mais favoráveis de suportá-la, ou seja, aqueles que têm maior renda” (SALVADOR, 2010).

os mais ricos. Se até o presente momento compreendemos o fundo público “como parte do trabalho excedente que se transformou em lucro, juro ou renda da terra apropriados pelo Estado para o desempenho de múltiplas funções” (BEHRING, 2010), podemos compreender que ele é composto também por trabalho necessário por meio dos tributos, sendo assim o fundo público é composto majoritariamente pelo trabalho.

Ou seja, o fundo público não se forma — especialmente no capitalismo monopolizado e maduro — apenas com o trabalho excedente metamorfoseado em valor, mas também do trabalho necessário, na medida em que os trabalhadores pagam impostos de forma direta e, sobretudo, indiretamente, por meio do consumo, onde os impostos são embutidos nos preços das mercadorias. Vamos sustentar, pelo exposto, que a exploração do trabalho na produção é complementada pela *exploração tributária* crescente nesses tempos de intensa crise e metabolismo do capital, formando o fundo público, especialmente em espaços geopolíticos nos quais as lutas de classes não conseguiram historicamente impor barreiras a sistemas tributários regressivos. (BEHRING, 2010, p.20-21, grifo da autora)

Tais reflexões nos proporcionam uma visão mais completa das dinâmicas que envolvem a formação deste aparato estatal, o fundo público. Tendo conhecimento que é o trabalho responsável quase majoritariamente pela sua composição, nos períodos de crise quem será socorrido por este item tão necessário à reprodução social, o trabalho ou o capital?

Behring considera que o fundo público passou a se constituir nem como *ex ante* ou *ex post* do processo de produção e reprodução capitalista, “como se supõe no período concorrencial, mas um componente *in flux* do mesmo, que está presente no ciclo D—M—D’.”<sup>21</sup> Ou seja, a mais-valia fruto do trabalho excedente que vai se metamorfosear em lucro, juro, renda da terra e fundo público, será apropriado pelo Estado para garantir a própria reprodução do capital.

Behring retoma Marx para analisar em que medida o fundo público poderá ser utilizado para acelerar a rotação do capital. Marx compreende que cada capital individual é uma pequena parte do ciclo global, que abrange o tempo de produção e circulação. (2010:24) Esse tempo estimado para o capitalista quanto mais curto melhor, pois dessa forma ele não precisa retirar de seus fundos o capital necessário para a produção. Quando esse período é mais longo o suporte que ele precisa para manter a produção é maior, pois o risco da não realização do valor a longo prazo é maior, e o Estado acaba por financiar a rotação do capital seja por meio de crédito, mediando relações complexas de crédito e débito, este tipo de suporte é oferecido a custo do endividamento público.

O crescimento e as funções cada vez mais centrais ao fundo público no capitalismo contemporâneo denotam o acirramento do conflito ao qual se refere Marx, socializando os custos cada vez mais elevados do capitalismo em sua fase madura,

---

<sup>21</sup> (BEHRING, 2010, p.22)

destrutiva e com confirmações factuais do esgotamento da sua capacidade civilizatória. Evidentemente, a remoção desta forma histórica não está relacionada a qualquer automatismo do desenvolvimento das forças produtivas. Como fato histórico da sua hemorragia de sentidos (Bensaid, 1999), esse processo depende das relações sociais, ou seja, das incidências da luta de classes. (BEHRING, 2010, p.25)

O fato é que ao passo que a crise do capital se agrava, a disputa pelo fundo público se acirra, e o capital exige cada vez mais do Estado uma forma contundente de enfrentamento da crise. É nesse momento que Behring observa a hipocrisia do capital, pois ao mesmo tempo que exige um Estado mínimo para o trabalho, reivindica um Estado máximo para si. Diante dessa quadra histórica de ampliação da barbárie, relativização da vida, supressão dos salários, supercapitalização de bens essenciais como educação, saúde e previdência, fica evidente o que nós, marxistas, denunciemos nas últimas décadas que o capitalismo encontra-se no seu esgotamento dos avanços civilizatórios e que os mecanismos criados para o manter de pé representa para o trabalho um intenso calvário. E se agudiza em cada ciclo de crises.

Os desdobramentos da crise de 2008-2009 trará distintas análises sobre a forma de ser da crise: para os liberais ortodoxos a crise é um refluxo natural, um mecanismo de ajuste do mercado que será seguido pela recuperação do equilíbrio, fazendo valer a Lei de Say<sup>22</sup>; para os keynesianos a crise é a falta de regulação, seria uma resposta às medidas neoliberais implementadas nos últimos anos, sobretudo as atividades econômicas que não tinham base na economia real e a ampla concessão de crédito indiscriminada impulsionando o capital fictício. Essa perspectiva dá entender que a crise se trata de uma questão de inadimplência que os bancos e instituições financeiras não dariam conta de sustentar. (BEHRING, 2010, p.26-27)

A hipótese que apresentaremos a partir da perspectiva marxista é um reflexo de um esforço coletivo em compreender a dinamicidade da crise no capitalismo contemporâneo apreciada por diversos analistas. Para nós a crise não é uma disfunção ou um problema de regulação, mas parte constitutiva do movimento contraditório do capital.<sup>23</sup> Ao longo deste capítulo procuramos remontar a lógica imposta pelo capital e como se operam os mecanismos da produção, mas é necessário ir além. Para avançarmos no debate é preciso situar no contexto neoliberal como as determinações histórico concretas nos permitem compreender a crise, e quais são possíveis formas de enfrentá-la.

---

<sup>22</sup> Pela teoria de Say, não existem as chamadas crises de "superprodução geral", uma vez que tudo o que é produzido pode ser consumido já que a demanda de um bem é determinada pela oferta de outros bens, de forma que a oferta agregada é sempre igual à demanda agregada. Say aceitava ser possível que certos setores da economia tivessem relativa superprodução em relação aos outros setores, que sofressem de relativa subprodução. Também segundo a lei não existiria o entesouramento pois o dinheiro não gasto por um produtor (poupança) seria repassado a outro através de empréstimo. (WIKIPÉDIA, 2020)

<sup>23</sup> (BEHRING, 2010, p.27)

Nenhum automatismo do mercado leva à situação de equilíbrio, como insistem os liberais mais aguerridos numa atitude nitidamente ideológica; e mesmo a regulação keynesiana tem grandes limites de estabelecer controles no capitalismo maduro, incontrolável, como nos diz Mészáros (2002). Harvey (2004) fala de um processo de acumulação por espoliação avançando inclusive sua reflexão anterior sobre acumulação flexível, apanhando determinações mais profundas sobre esse momento histórico. (BEHRING, 2010, p.27)

A realidade é que desde o esgotamento do modelo Keynesiano nos anos 1970 a luta contra a estagnação econômica percorreu caminhos de altos e baixos, mantendo uma tendência geral de baixo crescimento. Os “anos dourados” chegam ao seu fim, o que está diante de nós é o cenário dramático de uma aposta da combinação do taylorismo-fordismo e o Keynesianismo. Os limites destes modelos se evidenciam quando a produção em larga escala não possui escoamento e a regulação via Estado não é capaz de conter as crises, a necessidade de retomar a taxa de crescimento impulsiona uma “reação burguesa”.

Entre os anos de 1971 e 1973 ocorreu uma queda geral da taxa de lucro, deixando evidente o fim da *onda longa expansiva* que perdurou dos anos 1930 até meados dos anos 1960. Esse período será demarcado por diversos embates, dois eventos são catalisadores dos desdobramentos futuros: E.U.A desvinculando o dólar do valor do ouro (indo contra a convenção de Bretton Woods) e o boom do petróleo. Além desses fatores econômicos determinantes, sobre ótica sócio-política observamos também nos países centrais o crescimento dos sindicatos, que reivindicam não apenas aumento dos salários mas um alteração na cadeia de produção como aponta Netto (2011):

A ilusão dos “anos dourados” é enterrado em 1974-1975: num processo inédito no pós-guerra, registra-se então uma *recessão generalizada*, que envolve simultaneamente *todas* as grandes potências imperialistas e a que se seguiu outra, em 1980-1982, na qual se constatou que “as taxas de lucro voltam a descer ainda mais” e o “recoo do crescimento é ainda mais nítido que em 1974-1975” (Husson, 1999:32). *A onda longa expansiva é substituída por uma onda longa recessiva: a partir daí e até os dias atuais, inverte-se o diagrama da dinâmica capitalista: agora, as crises voltam a ser dominantes, tornando-se episódicas as retomadas.* (NETTO E BRAZ, 2011, p.224, grifos do autor)

Esse esgotamento leva grande parte da classe trabalhadora mundial ao desemprego, desmonetizada há uma redução no consumo provocando a superprodução, os impactos sobre a economia real são avassaladores, não é possível comparar essa crise com a de 1930 pois a relação de interdependência entre os países se tornam maiores.

Os países tinham uma autonomia para estabelecer políticas protecionistas, o que a lógica da mundialização pouco permite atualmente, como mostra a situação da Grécia, amarrada na camisa de força do euro, o que expõe o projeto na União Europeia a uma forte crise. (BEHRING, 2010, p.29)

Precisamos ressaltar que este modelo fordista-keynesiano e, especialmente, os modelos de proteção sócia dele decorrente não foram nunca implementados nos países periféricos. No momento histórico em que a Europa Ocidental vivenciava um Estado Social, mais ou menos alargado em cada país, o Brasil passava por períodos de instabilidade política e social que teve como marco um dos mais extensos e violentos regimes ditatoriais na América Latina. Neste, os direitos políticos e civis foram limitados e até extintos enquanto os direitos sociais permaneceram limitados. Ainda que alguns pequenos avanços tenham ocorrido no campo sócia, a grande maioria dos direitos permaneceu sob a lógica corporativista e fragmentada.

O Brasil só viverá um esboço do que se configura como Estado Social a partir da crise da ditadura e da luta em torno da redemocratização, que fará emergir uma Constituição Federal considerada cidadã, com princípios de políticas sociais universais, equitativas e essencialmente públicas. Embora constituída a partir de concessões e dando lugar a possibilidades de privatização, a CF de 1988 é sem dúvida o grande legado da luta social por direitos. E é seu texto mais avançado que tem sido contrarreformado.

Voltando a tratar da crise recente, Behring discorre sobre o que está posto para nós marxistas, é que a crise no modo de produção capitalista não se limita apenas a questão da superprodução e do subconsumo, mas na forma altamente financeirizada que se encontra a economia, onde o capital fictício supera a “economia real”, os títulos financeiros se configuram com um direito sobre a mais-valia produzida<sup>24</sup>, à medida que esse direito não é exercido tudo se limita a esfera virtual, contudo quando se faz valer esse direito se esbarra no limite da realidade concreta, que não pode distribuir riqueza para além do que já foi produzida, é confrontada pela lei do valor. (2010: 29-30)

## **2.2 - O avanço neoliberal no Brasil e as contrarreformas do fundo público:**

A ideologia neoliberal é um produto histórico de uma tentativa desesperada da retomada da taxa de crescimento, que apostava na capacidade auto-regulatória do mercado frente à crise, se configurando como uma resposta contra o Estado intervencionista e de Bem-estar. É importante destacar em um primeiro momento que neoliberalismo enquanto fenômeno se distingue do liberalismo clássico. Friedrich Hayek um dos expoentes da ideologia neoliberal

---

<sup>24</sup> (HUSSON, 2008, p.3)

tendo seu livro *O caminho da servidão* de 1944 um pontapé inicial para enfrentamento na Europa do ideário social-democrata, tendo como seu alvo principal a Inglaterra.

Trata-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos do mercado por parte do Estado, denunciada como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política. O alvo imediato de Hayek, naquele momento, era o Partido Trabalhista Inglês, às vésperas da eleição geral de 1945 na Inglaterra, que este partido efetivamente venceria. A mensagem de Hayek é drástica: "Apesar de suas boas intenções, a social-democracia moderada inglesa conduz ao mesmo desastre que o nazismo alemão — uma servidão moderna". (ANDERSON, 1995, p.1)

Em 1947, as bases do Estado de bem-estar se consolidaram na Europa extrapolando a Inglaterra e alcançando outros países, Hayek procurava construir um bloco intelectual orgânico, de figuras que compartilhavam da mesma orientação ideológica. Destaca-se entre esses intelectuais Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig Von Mises, Walter Eupken, Walter Lipman, Michael Polanyi, Salvador de Madariaga, entre outros, além de contrários ao Estado de bem-estar europeu, tinham uma aversão ao New Deal norte-americano. A primeira reunião deste grupo foi celebrada na estação de Mont Pèlerin, na Suíça, dando origem a organização neoliberal chamada Sociedade de Mont Pèlerin. "Seu propósito era combater o keynesianismo e o solidarismo reinantes e preparar as bases de um outro tipo de capitalismo, duro e livre de regras para o futuro". (ANDERSON, 1995, p.1)

Como já apontamos na seção anterior nos anos de 1973, o Estado de bem-estar entra em colapso, com a profunda recessão, aumento da inflação e baixas taxas de crescimento, os anos dourados do capitalismo chegam no seu fim. É sobre esse terreno fértil que os ideais neoliberais ganham espaço. A sociedade Mont Pèlerin culpava o trabalho pela situação em que se encontravam as economias capitalistas, considerando o poder excessivo dos sindicatos e do movimento operário como um todo, que na visão deles interferia diretamente na dinâmica da acumulação capitalista, considerando as reivindicações salariais e pela ampliação dos gastos sociais como um fator preponderante para tal declínio.

O remédio, então, era claro: manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper com o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas. A estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo. Para isso seria necessária uma disciplina orçamentária com a contenção dos gastos com bem-estar, e a restauração da taxa "natural" de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos. (ANDERSON, 1995, p.2)

Em 1979, surge uma oportunidade, com a ascensão do governo Thatcher, na Inglaterra, será possível pela primeira vez um país de capitalismo avançado, colocando em prática o programa neoliberal. A partir de 1980 uma série de governos de direita ascendem ao poder,

Reagan em 1980 nos E.U.A, Kohl em 1982 na Alemanha, Schluter em 1983 na Dinamarca, seguido por quase todos os países do norte da Europa com exceção da Suécia e Áustria.

Uma das ferramentas ideológicas importantes utilizadas para vender a ideologia neoliberal foi o anticomunismo. Instrumento essencial para difundir o neoliberalismo enquanto expoente político, a guerra fria consolidou a ascensão da direita na Europa e na América do Norte.

O ideário do neoliberalismo havia sempre incluído, como componente central, o anticomunismo mais intransigente de todas as correntes capitalistas do pós-guerra. O novo combate contra o império do mal – a servidão humana mais completa aos olhos de Hayek – inevitavelmente fortaleceu o poder de atração do neoliberalismo político, consolidando o predomínio da nova direita na Europa e na América do Norte. Os anos 80 viram o triunfo mais ou menos incontestado da ideologia neoliberal nesta região do capitalismo avançado. (ANDERSON, 1995, p.3)

Na prática o modelo neoliberal inglês foi o pioneiro e o mais fiel ao receituário neoliberal, os governos Thatcher retraíram a emissão monetária — favorecendo a redução da inflação — , elevaram as taxas de juros, baixaram de forma agressiva os impostos sobre os rendimentos altos, extinguíram os controles de fluxos financeiros, criaram níveis massivos de desemprego (ampliando o exército industrial de reserva e enfraquecendo os sindicatos), esmagaram as greves, impuseram uma nova legislação anti-sindical, cortaram gastos sociais e mais adiante colocariam em ação um amplo programa de privatizações tomando setor estratégicos como: habitação pública, indústrias de base (aço, eletricidade, petróleo, gás e água) como aponta Anderson (1995). “Sendo esse pacote de medidas o mais sistemático e ambicioso de todas as experiências neoliberais em países de capitalismo avançado” (1995. p. 3).

Nos E.U.A as implementações do programa neoliberal ganharam outros rumos. O primeiro ponto é que lá não havia um Estado de Bem-estar do tipo europeu e a prioridade neoliberal era a disputa militar com a União Soviética, traçado como uma estratégia de esgotamento da economia soviética, com objetivo de derrubar o governo socialista. Em relação à política interna de Reagan também elevou as taxas de juros, diminuiu impostos em favor dos ricos, aplacando a única greve séria em seu governo, porém não respeitou a disciplina orçamentária, contraindo gastos astronômicos na área militar, criando um alto déficit público.

Mas esse recurso a um keynesianismo militar disfarçado, decisivo para uma recuperação das economias capitalistas da Europa ocidental e da América do Norte, não foi imitado. Somente os Estados Unidos, por causa de seu peso na economia mundial, podiam dar-se ao luxo do déficit massivo na balança de pagamentos que resultou de tal política. (ANDERSON, 1995, p.4)

Diferentemente da Inglaterra, os outros países da Europa que estavam sob governos de direita optaram por um neoliberalismo mais cauteloso, mantendo a ênfase na disciplina orçamentária e nas reformas fiscais, sem cortes exagerados nos gastos sociais ou enfrentamento aberto a sindicatos, ainda sim já era notável a mudança dessa nova política econômica em relação a anterior.

A resistência à ideologia neoliberal em parte do sul da Europa, fez com que alguns governos de esquerdas e trabalhistas fizessem um grande esforço em alcançar uma política de deflação e redistribuição, de pleno emprego e proteção social, porém esse projeto fracassou, entre 1982 e 1983. O próprio governo socialista na França se viu obrigado a ceder pelos mercados financeiros internacionais, mudando drasticamente a gestão com medidas de contenção do orçamento, concessões fiscais e abono do pleno emprego, levando o nível de desemprego maior do que a própria Inglaterra.

O que demonstravam estas experiências era a hegemonia alcançada pelo neoliberalismo como ideologia. No início, somente governos explicitamente de direita radical se atreveram a pôr em prática políticas neoliberais; depois, qualquer governo, inclusive os que se auto-proclamavam e se acreditavam de esquerda, podia rivalizar com eles em zelo neoliberal. O neoliberalismo havia começado tomando a social-democracia como sua inimiga central, em países de capitalismo avançado, provocando uma hostilidade recíproca por parte da social-democracia. Depois, os governos social-democratas se mostraram os mais resolutos em aplicar políticas neoliberais. Nem todas as social-democracias, bem entendido. (ANDERSON, 1995, p.5)

A vitória da ideologia neoliberal era evidente, mas um questionamento se torna necessário: quais foram os ganhos concretos com a implementação do programa neoliberal? A prioridade mais imediata do neoliberalismo era conter a inflação monstruosa dos anos 1970, e nesse quesito seu êxito é inegável, a deflação favoreceu a recuperação dos lucros, no setor industrial o aumento dos lucros foram ainda mais relevantes, tendo um crescimento de 4,7% nos países OCDE nos anos 1980. A derrota do movimento sindical, foi fator preponderante no alcance desses números, com o crescimento do exército industrial de reserva, forçou o movimento apresentar uma postura mais moderada como aponta Anderson:

Essa nova postura sindical, muito mais moderada, por sua vez, em grande parte era produto de um terceiro êxito do neoliberalismo, ou seja, o crescimento das taxas de desemprego, concebido como um mecanismo natural e necessário de qualquer economia de mercado eficiente. A taxa média de desemprego nos países da OCDE, que havia ficado em torno de 4% nos anos 70, pelo menos duplicou na década de 80. Também este foi um resultado satisfatório. Finalmente, o grau de desigualdade – outro objetivo sumamente importante para o neoliberalismo – aumentou significativamente no conjunto dos países da OCDE: a tributação dos salários mais altos caiu 20% em média nos anos 80, e os valores das bolsas aumentaram quatro vezes mais rapidamente do que os salários. (ANDERSON, 1995, p.6)



No que tange a deflação, lucros, empregos e salário, é necessário assinalar que o programa neoliberal alcançou seus objetivos, no entanto essas medidas tinham como propósito alcançar um fim histórico, a reanimação do capitalismo avançado mundial, o que se observou é que o crescimento produzido por essas medidas não proporcionou um crescimento expressivo como nos anos de ouro, entre os anos 1970 e 1980 não houve nenhum aumento na taxa de crescimento mundial e uma taxa extremamente baixa nos países da OCDE.

Qual seria a razão deste resultado paradoxal? Sem nenhuma dúvida, o fato de que – apesar de todas as novas condições institucionais criadas em favor do capital – a taxa de acumulação, ou seja, da efetiva inversão em um parque de equipamentos produtivos, não apenas não cresceu durante os anos 80, como caiu em relação a seus níveis – já médios – dos anos 70. No conjunto dos países de capitalismo avançado, as cifras são de um incremento anual de 5,5% nos anos 60, de 3,6% nos anos 70, e nada mais do que 2,9% nos anos 80. Uma curva absolutamente descendente. (ANDERSON, 1995, p.6)

A desregulação econômica imposta pelo receituário neoliberal é responsável em grande parte por esse efeito. A expectativa de que houvesse uma ampliação no investimento por parte do capital em resposta a série de medidas que o favoreceram é tola e as concessões feitas para o capital só ampliaram os seus lucros. O programa neoliberal criou condições mais propícias para a inversão especulativa do que produtiva.

Diante de um cenário tão desastroso, o neoliberalismo consolida sua hegemonia, ganhando um novo fôlego na sua inserção na América Latina. Vale destacar a experiência no Chile, que sobre um regime ditatorial implementou o receituário neoliberal de forma mais dura: desregulação, desemprego massivo, repressão sindical, redistribuição de renda em favor dos ricos e privatização de bens públicos. A cisão democrática em favor da imposição passiva da lógica do capital aos trabalhadores, não repercutiu de forma negativa, nem se quer gerou qualquer debate no esteio neoliberal, pois a democracia nunca foi um valor central no neoliberalismo, ou seja, se conseguir avançar as pautas com ela tudo bem, mas se não for possível o importante é garantir que os agentes econômicos consigam dispor de sua renda e propriedade como quiser.

Mas a democracia em si mesma – como explicava incansavelmente Hayek – jamais havia sido um valor central do neoliberalismo. A liberdade e a democracia, explicava Hayek, podiam facilmente tornar-se incompatíveis, se a maioria democrática decidisse interferir com os direitos incondicionais de cada agente econômico de dispor de sua renda e de sua propriedade como quisesse. Nesse sentido, Friedman e Hayek podiam olhar com admiração a experiência chilena, sem nenhuma inconsistência intelectual ou compromisso de seus princípios. Mas esta admiração foi realmente merecida, dado que – à diferença das economias de capitalismo avançado sob os regimes neoliberais dos anos 80 – a economia chilena cresceu a um ritmo bastante rápido sob o regime de Pinochet, como segue fazendo com a continuidade da política econômica dos governos pós-Pinochet dos últimos anos. (ANDERSON, 1995, p.8)

Dentro das frações burguesas que dividem a direção do movimento neoliberal os rentistas ganham um papel de destaque nessa nova fase do modo de produção capitalista. A relação dos rentistas nas tomadas de decisão não é um fenômeno novo; o próprio Marx apontava a importância dessa fração, que atuava muito antes da revolução burguesa, manifestados em parte na figura do banqueiro, mas não se limitando a este.

As frações rentistas da burguesia não são um produto da contemporaneidade do modo de produção capitalista. A sua história é antiga e remete aos tempos que antecedem ao capitalismo. Nos termos de Karl Marx, elas são antediluvianas, assim como os comerciantes, mas desempenharam papéis econômicos e políticos relevantes no século XIX. (CASTELO, 2017, p.58)

Castelo (2017) nos apresenta de uma forma geral como os rentistas se consolidam quanto força hegemônica dentro do bloco de poder da burguesia e apresenta como outros autores já previam esse caminho. O próprio Lênin (2017) no livro imperialismo observou que com a gênese do capital financeiro -fruto da união do capital bancário e o capital industrial - que as relações entre o setor produtivo e financeiro estariam cada vez menos dissociáveis. Já Keynes acreditava que a regulação do Estado daria conta de conter o avanço do capital financeiro, o que não aconteceu. A realidade é que no Brasil desde o Império a fração rentista já tinha um peso considerável no bloco da burguesia, mas o que Castelo apresenta para nós é a hipótese que pela primeira vez na nossa história a hegemonia rentista na composição dos interesses das classes dominantes.

Castelo apresenta de forma sintética os três modelos de produção listados por Jaime Osorio (2012) : primeiro agro exportador, sobre hegemonia dos latifundiários, no segundo, chamado de padrão industrial, sobre hegemonia dos industriais na primeira fase, depois de JK, foi das multinacionais do capital financeiro; e o terceiro o padrão exportador de especialização produtiva, temos a dominação financeira entre as distintas frações do capital, e esse hegemonia se consolidou com apoio dos setores majoritários da aristocracia operária. (CASTELO, 2017, p.59)

Sobre a égide do neoliberalismo a violência econômica estatal é compreendida como uma potência econômica. A relação íntima do capital com o Estado como apresentamos desde o primeiro capítulo revela que a violência enquanto práxis pode determinar os rumos de uma civilização, podemos constatar isso ao longo de nossa história.

Após a Independência de 1822, o Estado brasileiro atuou vivamente na manutenção de condições gerais para o enriquecimento das classes proprietárias nacionais e internacionais, seja com intervenções na economia, seja no uso da coerção contra as distintas revoltas indígenas, quilombolas e populares ao longo do Império. E assim foi em outros períodos históricos: na República Velha com o tratamento da questão social como “questão de polícia” e as intervenções cambiais, monetárias e fiscais para garantir o lucro dos latifundiários; na Era Vargas com a perseguição a Aliança

Nacional Libertadora (ANL) e aos comunistas e o apoio à industrialização centrada na burguesia paulista; e na ditadura empresarial-militar de 1964-85 com prisões, torturas, exílio e morte dos seus opositores e a mudança do padrão de acumulação concorrencial para o monopolista, com hegemonia do capital financeiro internacional (CASTELO, 2017, p.60).

Como podemos observar na citação acima, a violência sempre foi um recurso indispensável para o Estado na garantia de manutenção da ordem estabelecida, utilizando dos mais variados recursos para manter as classes subalternas sobre controle, passivos a lógica do capital. Qualquer ação que tivesse como objetivo desafiar a ordem estabelecida é correspondida com uma violência desproporcional, se utilizando do medo como ferramenta capaz de manter o status quo.

Diante desse cenário o processo de redemocratização na América Latina se apresenta de maneira contraditória: de um lado as forças populares exigindo o fim das ditaduras empresariais-militares, que estavam politicamente esgotadas e economicamente também, e por outro lado a preparação do terreno pelos representantes do grande capital nacional e internacional em conjunto com os seus representantes governamentais e burocráticos para a restabelecer sobre novas bases a supremacia das classes dominantes.

De uma forma geral as transições de regimes de poder na América Latina não se trataram de uma ruptura de poder onde uma nova classe emerge e se consolida como dominante, mas sempre uma revolução passiva<sup>25</sup>, onde a mesma classe dominante se reorganiza sobre novas bases, consolidando uma hegemonia de uma fração dessa classe dominante sobre as outras. No neoliberalismo essa hegemonia se expressa na sua fração rentista.

No caso brasileiro podemos observar que houve uma superação do antigo bloco histórico da ditadura empresarial-militar, mas muitos elementos foram conservados, impedindo a radicalização dos processos democráticos políticos e socioeconômicos (CASTELO, 2017, p.61). Sendo assim a transição da ditadura para a Nova República foi marcada por intensos embates do capital e do trabalho sendo construída pela via do consenso, uma série de conquistas de direitos civis, políticos e sociais que ficaram expressos na carta constituinte de 1988.

Apesar da série de conquistas importantes para a classe trabalhadora, a Constituição estava muito longe de celebrar uma vitória do trabalho, pois na prática este consenso só foi possível pois a adesão ao modelo neoliberal seria viabilizada, antes mesmo de degustarmos das conquistas expressas na Carta Magna o receituário neoliberal é introjetado no início dos anos 1990, no governo FHC (Fernando Henrique Cardoso).

---

<sup>25</sup> Introduzir o debate de revolução passiva em Gramsci

É a partir do Consenso de Washington, que baliza a criação e implementação do plano Real em 1994, do ajuste fiscal e da contrarreforma do Estado que o país vivenciou mudanças no fundo público e nas regras estabelecidas pela Constituição Federal de 1988 sobre a Seguridade Social. No ideário neoliberal a concepção de uma economia auto-regulada pelo mercado não passa de uma retórica. Na realidade o que se tem em perspectiva é um redirecionamento dos recursos do fundo público para os interesses das oligarquias financeiras e do capital financeiro, tendo como seu principal instrumento de extorsão: a dívida pública.

O ajuste fiscal e reforma do Estado, fazem parte do pacote de recomendações para países dependentes que saiu do Consenso de Washington, que visava estabelecer uma “disciplina orçamentária”, em outras palavras conter os gastos públicos. A defesa de um “Estado Mínimo” que não interviesse em todas esferas da vida social, mas apenas em questões estruturais, e que deixa por conta do mercado o equilíbrio da economia é um falseamento da realidade na medida em que esse processo de neoliberalização manifestou claramente que a intenção era redirecionar as atribuições do Estado sem reduzi-lo na sua totalidade.

Essa nova forma de organizar o mundo do trabalho e do capital, vai trazer impactos diretos nas condições de vida da classe trabalhadora, em nome do ajuste fiscal, e da “disciplina orçamentária” cortes em setores estratégicos são realizados, as políticas sociais e a seguridade como um todo passa ser alvo de ataques.

Assim a tendência geral tem sido a de restrição e redução dos direitos, sob o argumento de crise fiscal do Estado, transformando as políticas sociais - a depender da correlação de forças entre as classes sociais e segmentos de classe e do grau de consolidação da democracia e da política social nos países - em ações pontuais e compensatórias direcionadas para os efeitos mais perversos da crise. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p.156)

A neoliberalização das políticas sociais se apoiam no trinômio: privatização, focalização e descentralização. A busca incessante de novos nichos de mercado, faz com que o capital olhe para as políticas sociais públicas como uma nova forma de "supercapitalização" (BEHRING, 1998). A eficiência da gestão pública, sob essa ótica, passou a ser questionada. Assim, iniciou-se um processo de sucateamento do que é público para entregar ao mercado, que, segundo a ideologia neoliberal, promoveria uma alocação adequada de recursos e eficiência administrativa. O “remédio” das privatizações foi vendido como a única saída possível para a crise do Estado.

É no governo Collor que esse processo de neoliberalização se inicia e será aprofundado nos governos seguintes. Uma série de contrarreformas no Estado foram necessárias para adequar a realidade brasileira às necessidades do grande capital: a abertura de mercado, as

privatizações, fizeram parte dessa readequação destrutiva ao reordenamento mundial. Em nome do combate da grande vilã dos anos 1980 e 1990, a inflação, o Plano Real foi levado ao povo brasileiro como uma promessa de dias melhores, onde haveria estabilidade e com ela viria o crescimento (BEHRING, 2008, p.155).

Behring (2008) apontou que o Plano Real, não foi criado para eleger FHC, mas como candidato do plano, o favoreceu. “O Real integra a uma família de planos de estabilização discutidos na já referida reunião de Washington e patrocinados pelas internacionais” (2008:156). Os mecanismos para enfrentamento da inflação foram a sobrevalorização do câmbio e abertura comercial.

A sobrevalorização do câmbio, além de derruir a autoridade monetária nacional - cujo exemplo de consequências mais dolorosas é o da Argentina -, exigiu a captação permanente de recursos no exterior para equilibrar a balança de pagamentos. (BEHRING, 2008, p.157)

Esse movimento em torno do equilíbrio da balança de pagamentos, acarretará para o Estado a necessidade de manter sempre elevada a taxa de juros, para atrair os capitais especulativos, o que promove uma ampla transferência de lucros para o setor improdutivo. No que tange ao setor produtivo haverá investimentos, mas sempre acompanhados de contrapartidas, como fortes incentivos fiscais, renúncias, isenções, que passam oferecer facilidades e vantagens, que no médio a longo prazo corroem o orçamento público. Ou seja, a tendência dessa carga tributária regressiva brasileira, onera mais o trabalho e perpetua as desigualdades e concentração de renda, deixando sobre os ombros da classe trabalhadora a sustentação do fundo público.

Citaremos aqui as principais medidas contrarreformistas implementadas pelo projeto neoliberal no Brasil que servem para redirecionar o fundo público a favor da alimentação do capital portador de juros. Medidas legais que retiram direitos do trabalho e o direcionam para os rentistas.

Dos anos 1990 até os dias atuais, o neoliberalismo atacou de forma sistemática uma série de conquistas do trabalho nos anos 1980, levando a diversas transformações na política de previdência, salários e implementando uma agenda de privatizações de empresas estratégicas. O ataque aos direitos sociais segue um passo acelerado deixando para trás caos e precarização para o trabalho, compreendendo a amplitude dos ataques que o trabalho vem sofrendo, neste trabalho focaremos nas últimas medidas contrarreformistas empreendidas pelo Estado que tem ligação direta com a expropriação do Fundo Público para pagamento da dívida pública.

É no governo FHC do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) que o projeto neoliberal ganha espaço na cena política brasileira, um documento que expressa as transformações necessárias para difusão desse novo modelo é o Plano Diretor de Reforma do Estado (PRDE), que Behring compreende na realidade como uma contrarreforma do Estado. O que se apresenta na realidade é uma série de medidas que tem como objetivo central o ajuste fiscal, a “reforma” do Estado na realidade se compreende a sua adequação passiva a lógica do capital, diferentemente do Estado mínimo defendido pelos liberais o que podemos observar é a presença de um Estado forte no cumprimento de uma agenda de privatizações e de medidas fiscais que significaram na prática o esmagamento das políticas sociais.

A “reforma” do Estado orientada pelo ajuste, a partir de 1995, foi a versão brasileira de uma estratégia de inserção passiva (Fiori, 2000: 37) e a qualquer custo na dinâmica internacional e representou uma escolha político-econômica, não um caminho natural diante dos imperativos econômicos. Uma escolha, bem ao estilo de condução das classes dominantes brasileiras ao longo da história, mas com diferenças significativas: esta opção implicou, por exemplo, em uma forte destruição dos avanços, mesmo que limitados, sobretudo se vistos pela ótica do trabalho, dos processos de modernização conservadora e desenvolvimentistas que marcaram a história do Brasil, ainda que conduzidos de forma autocrática (Fernandes, 1987). (BEHRING, 2018, p.4)

Há, portanto, uma redefinição do padrão de reprodução do capital que somada a uma contrarreforma do Estado ampla, nos leva um cenário de constantes mudanças tendo como objetivo central o ajuste fiscal, o que Behring (2018) conclui é que de 1995 até os dias atuais o Brasil se passa por um ajuste fiscal permanente.

Nos governos sucessores, Lula e Dilma do PT (Partido dos Trabalhadores) pode-se observar uma alteração na condução econômica, não se trata de um rompimento ou superação do projeto neoliberal, mas de uma adequação à realidade devido a pressão dos movimentos sociais e centrais sindicais que levaram o PT ao poder, que reivindicavam mudanças profundas.

Os governos de conciliação de classe na realidade criaram uma agenda que atenderam de forma mútua os interesses do trabalho e do capital, criando um ambiente propício para o crescimento. O foco no mercado interno trouxe resultados impressionantes, ampliando em seus primeiros governos o número de trabalhadores formais, além dos programas de transferência de renda como PBF (Programa Bolsa Família).

Um resultado dessa mudança foi a expansão do mercado interno daí decorrente e impulso ao chamado “ciclo virtuoso de crescimento”, mesmo na crise que chegou com força em 2009 com impacto no PIB, mas que foi administrada com fortes suportes ao capital financeiro e ao agronegócio, mas também pelo impulso ao consumo interno. Foram ativados mecanismos de desoneração fiscal, a exemplo do IPI para a indústria automobilística e de eletrodomésticos, e mecanismos do PAC (Behring et alii, 2010). Segundo dados sistematizados a partir da PNAD 2011 por Boschetti (2013), os pobres com renda domiciliar per capita de R\$ 140 passaram de 24% da população brasileira,

em 2000, para 10,2%, em 2011, sendo o crescimento da renda per capita dos 10% mais ricos de 16,6%, e dos 10 % mais pobres, de 91,2%. (BEHRING, 2018, p.10)

É inegável que os governos do PT trouxeram algumas conquistas imediatas para os trabalhadores, principalmente no que tange ao combate à extrema pobreza. Porém é necessário destacar que ao longo dos 13 anos de condução do país, não fora apresentado um projeto que rompesse com ideias neoliberais, portanto caracterizar seus governos como social-liberal faz mais sentido nesse momento. A limitação tímida em parte na agenda neoliberal realizada pelo governo de conciliação de classes passa a ser um impeditivo para as classes dominantes com advento da crise 2008/2009, as concessões feitas ao trabalho começam a ser questionadas, com a ampliação das tensões entre capital e trabalho nos levou em 2013 a uma onda de manifestações em todo país reivindicando a ampliação dos investimentos do governo federal nas políticas sociais.

As jornadas de junho de 2013 significaram para o capital um alerta da perda da capacidade do PT de apassivar a classe trabalhadora, sendo um impeditivo para a implementação dos ajustes necessários à realidade da crise. O golpe de 2016 se materializa por conta da necessidade de retomar a agenda neoliberal mais intensa e agressiva, o que o PT tentou realizar em 2015, mas não tinha força para tal, por conta da impopularidade das medidas. O golpe e o consequente governo de Michel Temer MDB (Movimento Democrático Brasileiro) trouxe consigo uma celeridade no cumprimento dessa agenda, o centrão com uma ampla maioria no congresso nacional fez parecer fácil aprovar medidas tão severas, dentre os diversos mecanismos de expropriação do fundo o mais perverso seria aprovado sob sua direção, a emenda constitucional 95/2016 (A EC do Teto).

Para traçar um preâmbulo sobre as medidas contrarreformistas desde os anos 1990, se faz necessário para compreendermos como essa última se configura como a mais danosa para classe trabalhadora, entre esses mecanismos destacamos nesse trabalho: a DRU (Desvinculação de Receitas da União), LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal), Contrarreformas da previdência e trabalhista, além da Emenda Constitucional n.95, da qual trataremos no próximo capítulo.

Desde os anos 1990 uma série de mecanismos foram criados para atender as necessidades do capital financeiro, entre elas uma das principais mudanças foi a criação do Fundo Social de Emergência (FSE), que desvinculou 20% dos recursos de contribuições sociais que financiam a Seguridade Social, essa retirada de 20% hoje<sup>26</sup> chega a 30% antes pela FSE e

---

<sup>26</sup> Esse “mecanismo provisório” vai durar 29 anos, com a sua renovação aprovada pelo Senado pela Emenda Constitucional 93/2016, com prazo para vigorar até 2023 e estabelecendo a DRU em 30%, ampliando-a para estados e municípios (Scoralich, 2017).

hoje pela DRU, o que ocorre na realidade é a retirada de recurso da Seguridade Social para compor o superávit primário que tem como objetivo pagamento da dívida pública.

Scoralich (2017) traz um breve histórico do mecanismo de desvinculação, mostrando em que conjuntura ele foi criado, como hoje ele se mostra demasiadamente necessário na composição do superávit primário, e que mesmo passando por governos de esquerda como o do Partido dos Trabalhadores (PT) em nada foi alterado, pelo contrário foi ampliado sua abrangência.

Na tentativa de historiar o mecanismo de desvinculação, é necessário apresentar a conjuntura em que ele foi criado. No ano de 1994, sob o nome de Fundo Social de Emergência e aprovado pela Emenda Constitucional 1/94, era tido como um mecanismo provisório até que se resolvesse a reforma tributária, sob o governo do PSDB, marcando a entrada de Fernando Henrique Cardoso nas eleições presidenciais. De lá pra cá, esse mecanismo foi sendo renovado, passando por mudanças de nomenclatura, como Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), passando a se chamar Desvinculação das Receitas da União (DRU) desde os anos 2000. Além das mudanças, aconteceu a sua permanência mesmo nos governos do PT, que não alteram esse mecanismo, ao contrário, reforçam-no em importância e abrangência (Scoralich, 2017, p. 123).

A partir daí a DRU ao compor as receitas do superávit primário, passa a exercer também de forma direta o papel de beneficiadora do capital portador de juros, transferindo recursos destinados à Seguridade Social para pagamento de juros e amortizações da dívida pública. O ajuste fiscal e reforma do Estado, fazem parte do pacote de recomendações para países dependentes que saiu do Consenso de Washington, que visava estabelecer uma “disciplina orçamentária”, em outras palavras conter os gastos públicos.

A autora também ressalta a importância do FMI (Fundo Monetário Internacional), e seu acompanhamento para que o Brasil cumprisse o receituário neoliberal, celebrando uma série de metas, tendo em perspectiva que o objetivo dos programas de ajuste fiscal era de garantir aos credores o fluxo contínuo de dinheiro pelo pagamento de serviços da dívida.

Portanto os mecanismo de redirecionamento de recursos, vão ser primordiais para garantir o pagamento da dívida pública, “a DRU é tida como elemento estruturante do superávit primário e, conseqüentemente, para a promoção do ajuste fiscal.”<sup>27</sup>

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) – lei complementar nº 101 - que entrou em vigor em 04 de maio de 2000, tendo como objetivo limitar gastos com políticas sociais e também com a contratação de pessoal, quando implementada trazia consigo a ideia de um controle sobre os gastos públicos.

A política fiscal é a guardiã da expectativa de rentabilidade de capitais estrangeiros [e nacionais], e a realização de superávits primários para honrar o pagamento dos juros

---

<sup>27</sup> (Scoralich, 2017, p. 125)



da dívida é um dos atrativos para o capital externo [e nacional]”. (Salvador, 2010, p. 382)

A lei vai dispor de uma série de metas fiscais em que serão estabelecidas anualmente de resultado nominal e primário. Um dos principais objetivos é que o controle orçamentário possa criar o superávit primário e para garantir a sua formação consta que à elaboração e à execução do orçamento seja aplicado contingenciamento de gastos.

A busca por uma “responsabilidade na gestão fiscal”, na verdade está pautada na constituição de um mecanismo legal que limite os gastos com as políticas sociais e com pessoal, tendo como horizonte a garantia do pagamento das despesas da dívida. A LRF se apresenta como uma ferramenta da austeridade, no art.9º impede que novas despesas sejam realizadas enquanto não houver a garantia dos recursos do pagamento da dívida .

Ficam claros que os reais objetivos da LRF são proteger os interesses financeiros; perpetuar através da lei, o neoliberalismo, impedir a ampliação de políticas sociais e o maior de todos os objetivos que é dar garantias ao capital portador de juros, utilizando recursos do fundo público para a amortização da dívida.

Tanto a DRU quanto a LRF foram mantidas por todos governos sucessores de FHC, até os dias atuais no governo Bolsonaro (Sem partido)<sup>28</sup>, a dívida pública se apresenta como uma deidade que paira sobre todos governos e que precisa ser reverenciada por todos. Não se levanta questionamentos sobre sua origem, o quanto já foi pago ou quanto o seu pagamento pesa sobre orçamento federal; questioná-la é passível de repressão, a final nada deixa o “mercado financeiro” mais tranquilo do que saber que “no seu ninguém mexe”.

Além dessas medidas, durante o governo Temer outros dois ataques aos trabalhadores estavam se desenhando, a contrarreforma trabalhista e a contrarreforma da previdência. Com a narrativa que as Leis da Consolidação Trabalhistas (CLT) por serem da era Vargas estavam defasadas e que não acompanharam o desenvolvimento da economia, seria necessária uma “modernização”, o governo Temer propôs a PL nº 38/2017 que trazia as novas configurações trabalhistas, que na realidade trata-se de uma desconfiguração dos direitos trabalhistas, que ampliam a exploração do trabalho: em jornada, tipo de contrato, tempo de descanso e a própria rescisão contratual.

Dentre outras mudanças que a contrarreforma traz, podem-se citar: as demissões, que possibilitam acordos diretos com o trabalhador, dispensando a homologação no sindicato, vulnerabilizando, uma vez mais, o trabalhador; a redução da hora do almoço para 30 minutos; a carga horária, que poderá chegar até 12 horas por dia. Nesse caso, a contrarreforma prevê o direito ao descanso de 36 horas consecutivas. Foi legalizado,

---

<sup>28</sup> Bolsonaro foi eleito em 2018 pelo Partido Social Liberal (PSL), mas por divergências na disputa pela direção do partido acabou abandonando a legenda em 2019.

também, o trabalho remoto ou home office e as terceirizações para atividades fim. (SOUZA, 2017, p.634)

Mesmo em meio a uma série de manifestações populares, o governo aprovou a contrarreforma e foi sancionada em julho de 2017 pelo presidente Michel Temer, mas o governo tinha agora que colocar em ação mais um ataque aos trabalhadores: a contrarreforma da previdência. A PEC nº 287/16 que dispunha sobre o novo regime de previdência teve uma resistência maior por parte da população, dificultando sua aprovação no congresso. A contrarreforma da previdência só foi posta em ação no governo Bolsonaro<sup>29</sup>, sendo sua primeira grande vitória em sua ofensiva contra os trabalhadores.

Os governos Temer e Bolsonaro, estrearam no cenário brasileiro a retomada de um projeto político em que há vida é extremamente banalizada, o que está sobre esse horizonte político não é um projeto de nação como ambos defendiam, mais sim um projeto de classe, estamos diante da face mais nefasta do modelo neoliberal, alguns autores vão o qualificar como ultraneoliberalismo.

---

<sup>29</sup> Por uma questão de tempo não conseguimos aprofundar nossas análises sobre o governo Bolsonaro as medidas implementadas por ele, para o aprofundamento do tema deixamos como indicação de leitura o artigo: “ULTRA NEOLIBERALISMO E BOLSONARISMO: IMPACTOS SOBRE O ORÇAMENTO PÚBLICO E A POLÍTICA SOCIAL” (Behring; Fiúza; Souza, 2020)

### **3- A POLÍTICA DE SAÚDE EM XEQUE: ANÁLISE ORÇAMENTÁRIA EM TEMPOS DE AJUSTE FISCAL PERMANENTE**

#### **3.1 – Ultraneoliberalismo e Novo Regime Fiscal**

Desde os anos 1990 o neoliberalismo vem sofrendo mudanças na forma de implementar sua agenda, ora por meio da coerção e força ora pelo consenso. Podemos considerar que nos governos de conciliação de classes realizou uma tarefa importantíssima nessa condução da agenda neoliberal pelo consenso. O PT construiu durante seus governos um grande bloco político que reunia os principais mecanismos de reivindicação dos trabalhadores a saber: partidos políticos da base aliada contendo partidos de esquerda e centro, as centrais sindicais - com destaque para Central Única dos Trabalhadores (CUT) -, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), as principais entidades do movimento estudantil (União Nacional dos Estudantes (UNE), União Estadual dos Estudantes (UEE) e União dos Estudantes Secundaristas (UBES)), além dos movimentos de mulheres, negros e LGBTQ+.

A grande adesão desses movimentos ao PT se deu por uma agenda do governo que reconhecia as lutas populares e que em determinado momento atendia parte de suas reivindicações. Em troca esses movimentos mantiveram sua fidelidade aos governos os blindando contra os ataques da oposição e mídia. Esse processo pode ser compreendido como uma cooptação dos movimentos de luta de massa, os deixando refém das próprias arbitrariedades implementadas pelo PT.

Trata-se, portanto, de uma despolitização dos movimentos, cerceando suas autonomias por meio dos dirigentes ideologicamente ligados ao governo, que retira o povo da cena política, restringindo as decisões na esfera da pequena política e do aparato burocrático do Estado burguês. O que se apresentou não foi uma alternativa ao modelo neoliberal, mas sim uma adaptação, trazendo à tona um conformismo e, ao imaginário político, o fim das alternativas societárias.

Na hipótese apresentada por Fiúza (2020a) “o neoliberalismo passou e segue passando por transformações a partir de novos arranjos, da apropriação de pautas progressistas em determinado momento do ciclo histórico, culminando em sua face ultraneoliberal no momento presente, que não rompem nunca, entretanto, com seus principais objetivos e fundamentos.” (FIUZA, 2020a, p.1) É sobre esse eixo da apropriação das pautas que se gestava no interior da

extrema direita o resgate de outra forma de implementar a agenda neoliberal, onde os movimentos não seriam cooptados mas sim enfrentados.

A crise de 2008 demarca uma alteração na condução política em todo o globo, a primeira crise profunda no século XXI é demarcado nas palavras de Mészáros (2011) por uma depressão contínua, longa, duradoura, sistêmica e estrutural. É a partir de 2010 que vemos o retorno de forças até então adormecidas Diversos governos neofascistas alçam o poder, com sua agenda anti-povo, racista e machista.

O esgotamento do política de cooptação do PT se dá em 2013, quando a massa de trabalhadores começam a ocupar a rua, fugindo do controle das próprias entidade que constituíam o bloco de poder, forçando-as a se somar na luta As jornadas de junho tiveram um caráter duplo no cenário da luta de classes: ao mesmo tempo que mostrou às classes dominantes a força da união dos trabalhadores para conquistar mudanças reais, também foi esteio para o crescimento de movimentos oportunistas de direita, que cooptariam as vozes das ruas e deram a direção política na perspectiva conservadora e também reacionária.

No Brasil, essa virada se inicia com o golpe parlamentar, jurídico e midiático de 2016, que derruba o governo eleito de Rousseff, último representante do neoliberalismo de cooptação liderado pelo PT. Ainda que tenha garantido religiosamente as transferências de fundo público para o capital financeiro e a continuidade das contrarreformas redutoras de direitos sociais nas décadas anteriores, as exigências postas pelo capital, como consequências mundiais da crise de 2008, impuseram um aprofundamento dos pressupostos neoliberais passando ao que chamamos de ultraneoliberalismo. (FIÚZA, 2020c, p.3)

Chamamos, portanto, de ultraneoliberalismo a radicalização do neoliberalismo, o abandono de seus pressupostos de democracia e dos direitos sociais, o recrudescimento das medidas austeras e o aprofundamento da relação de dependência com países centrais. É a partir do golpe parlamentar, jurídico e midiático de 2016 que depõe a presidenta Dilma Rousseff (PT) que essa nova etapa do neoliberalismo ganha espaço, findando no governo Dilma o ciclo de conciliação de classes (FIÚZA, 2020).

No programa “Ponte para o Futuro” de Temer (MDB) já se desenhavam os caminhos tortuosos que a classe trabalhadora enfrentaria, com um programa amplo de contrarreformas, de privatizações, ampliação dos mecanismos legais de usurpação do fundo público, além de uma composição ministerial que apresentava qual setor da sociedade e a quem o governo representava, com uma equipe formada majoritariamente por homens brancos, héteros e de classe alta.

Na política ultraneoliberal o corpo operário, preto e favelado passa a ser um alvo prioritário, vide o brutal assassinato da veradora socialista Marielle Franco (PSOL) em março

de 2018. Nem o mandato de Marielle foi capaz de lhe fornecer proteção frente a esse Estado patriarcal, racista e LGBTfóbico. A retomada da violência como centro da ação política do Estado se amplia sobre a gestão ultraneoliberal, seja de forma direta através de seus aparatos de repressão, seja de forma indireta através de cortes e ajustes fiscais, que têm impacto significativo sobre as políticas públicas e sociais, e que têm essas pessoas como seu principal público alvo. Em outras palavras, está em pauta o genocídio do povo preto, escancarado a céu aberto.

Dentro desse contexto tão adverso para os trabalhadores, enfrentamos um verdadeiro golpe no fundo público com a aprovação da Emenda Constitucional 95/2016 (EC 95/2016). A EC 95/2016 foi apresentada pelo então ministro da fazenda Henrique Meirelles, como uma medida urgente e necessária. As premissas que justificavam a aprovação dessa medida tão nefasta era que o Estado Brasileiro gastava demais e que era necessário regular suas despesas.

Essa narrativa foi amplamente difundida tanto por parlamentares da base aliada, como pela grande mídia. Esse discurso não é novo, só que existem alguns elementos que são desconsiderados sobre a composição do orçamento público federal que cabe a nós salientar.

Uma das estratégias de convencimento da população foi comparar o orçamento da união com o doméstico: “Nós não podemos no nosso dia-a-dia gastar mais do que recebemos”. O que essa argumentação desconsidera é que o Estado, diferente dos trabalhadores, possui diversas fontes de financiamento, emite moeda e que a falta de recursos para as políticas não está atrelada à queda de arrecadação do Estado, mas sim de uma gestão que elege outras prioridades. Portanto o debate é político e não contábil ou gerencial.

A imagem de um Estado gastador que precisa de um freio foi amplamente difundida e apresentaram a EC 95/2016<sup>30</sup> como a medida capaz de controlar os gastos. A EC 95/2016 dispõe de um Novo Regime Fiscal (NRF) - apelidado de Teto dos Gastos - no âmbito do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social que congela por 20 anos as despesas primárias, estabelecendo limites para essas despesas, tomando como ponto de partida as despesas pagas em 2016 que sofreram um aumento de 7,2% no exercício de 2017, os anos subsequentes sofrerão apenas o reajuste pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

A EC altera pontos significativos na Constituição Federal de 1998. Os trechos que definiam as porcentagens a serem destinadas para as políticas serão suspensos por 19 exercícios, sem levar em consideração aumento da arrecadação e crescimento populacional. A EC

---

<sup>30</sup>Na Câmara dos Deputados tramitava como PEC 241/2016 e no Senado Federal como PEC 55/2016, após sua aprovação EC 95/2016. Foi apelidada pelos movimentos sociais de “PEC do Fim do Mundo” e “PEC da Morte”.

apresenta um modelo mais rígido de controle fiscal, não havendo espaço para descumprimentos. Os Estados e Municípios que infringirem os limites impostos pelo teto podem sofrer sanções.

Quando se observa essas ressalvas aos limites previstos à expansão da despesa primária, pode-se inferir que as “válvulas de escape” praticamente não existem, de maneira que haverá a necessidade de fixar prioridades (ex ante à execução orçamentária), dado que as despesas não poderão ser ajustadas às receitas (superestimadas). Se por algum motivo os limites à expansão das despesas primárias forem descumpridos, fixar-se-ão imediatamente no exercício posterior às seguintes sanções: ajuste dos gastos aos servidores públicos, independente da motivação (vantagem, bônus, adequação etc.), suspensão da criação de cargo ou função, alteração na estrutura de carreira, admissão ou à contratação de pessoal, realização de concurso público (exceto por reposição) e despesas obrigatórias. (ULHÔA e FILHO, 2018, p.3)

Em linhas gerais a NRF aprofunda o ajuste fiscal e amplia a margem de recursos para a composição de superávit primário. Na prática esse mecanismo cerceia o Estado brasileiro em sua execução orçamentária, inviabilizando quaisquer alterações significativas sobre as políticas sociais e fiscais. A NRF tem um objetivo claro de restabelecer a confiança dos agentes econômicos e garantir a sustentabilidade do pagamento da dívida pública. A EC só amplia as regras fiscais já existentes, como a DRU e LRF e trata-se, portanto, de um mecanismo legal de expropriação de recursos do fundo público para atender as necessidades do capital financeiro.

Diante deste cenário, é bastante provável que as ações do Estado brasileiro, nos próximos vinte anos, fiquem comprometidas, afetando as despesas relacionadas às políticas públicas de natureza social e, igualmente, limitando os instrumentos de política econômica, além de influenciar a dinâmica do processo de acumulação de capital.[...] A Emenda Constitucional (EC) Nº: 95, que instituiu o “Novo Regime Fiscal” com o objetivo declarado de “reestabelecer a confiança” dos agentes econômicos e garantir a “sustentabilidade da dívida” por meio do controle dos gastos primários, restringirá a ação estatal de forma abrangente. Isto porque as modificações fixadas no âmbito daquela emenda têm como propósito fazer valer (compulsoriamente) as regras fiscais existentes, particularmente as exigências de cumprimento das metas fiscais (superávit primário), que vinham sendo “contornadas” pelos gestores públicos ao longo dos últimos anos. (ULHÔA e FILHO, 2018, p.4)

Os argumentos utilizados para corroborar com a necessidade do NRF não passam de retórica, pois já havia outros mecanismos que eram capazes de controlar as despesas a fim de evitar uma “crise fiscal”, tal como a LFR e a DRU. O cenário que foi montado pelo grande capital de base financeira e a grande mídia era que o Brasil estava à beira do colapso fiscal, o que não era uma realidade. O que não estava em pauta era para onde iriam os recursos que deixaram de ser empregados para essas políticas. O caminho lógico, por eles omitido, para nós é bem claro: para composição de superávit primário e por fim para pagamento da dívida.

Se o objetivo do NRF fosse de fato “organizar a casa”, porque a dívida não foi colocada em cheque? Se analisarmos o peso que a dívida tem sobre o orçamento federal, o alvo prioritário

seria tecer um limite a ela O fato é que não existe nenhum mecanismo legal que limite a dívida. Em 2016 a dívida consumia 43,94%<sup>31</sup> do orçamento federal, cerca de 2,572 trilhões de reais.

Desse modo, acredita-se que as despesas primárias puderam permanecer em ascensão concomitante à expansão da dívida pública, justamente por não haver nenhum dispositivo que fixasse um limite máximo para o aumento da dívida. Ao contrário, as despesas primárias cumpriram o papel que historicamente e legalmente (art. 9º, LRF) lhes cabem: serem usadas como variável de ajuste, no sentido de gerar excedente fiscal necessário à estabilidade da relação dívida/PIB (BRASIL, 2000). Não é por coincidência que o problema fiscal para o governo é visto quase que exclusivamente pela dimensão dos elevados gastos primários[...] (ULHÔA e FILHO, 2018, p.5).

O centro da questão é que não são as despesas elevadas que comprometem o equilíbrio fiscal, mas sim o fato que orçamento federal não dá conta de acompanhar o crescimento da dívida. Principalmente no contexto de crise. Então ter um mecanismo que garante os recursos necessários para gerar um excedente fiscal se colocou como uma medida necessária e urgente para alcançar o "equilíbrio".

O aspecto central não se refere necessariamente ao fato de as despesas primárias estarem elevadas, mas que não há espaço suficiente no Orçamento Fiscal da União para “conter a expansão da dívida pública”. Enquanto as receitas foram suficientes para sancionar a expansão das despesas primárias e cumprir as metas fiscais, pouco ou nada se argumentava a respeito dos desequilíbrios fiscais. Por isso, insiste-se no fato de que a qualidade das contas públicas no Brasil tem apenas uma única métrica: o superávit primário. Nesse contexto se insere a EC n. 95 (BRASIL, 2016), que vê o controle da despesa primária como única alternativa ao equilíbrio fiscal. (ULHÔA e FILHO, 2018, p.6)

Sendo assim podemos constatar que o NRF impossibilita a ampliação das ações do Estado, principalmente na área social O avanço que vimos nos últimos anos de ampliação dos gastos com as políticas sociais, ainda que timidamente, sempre foi acompanhado de um resultado fiscal satisfatório, inclusive com ampliação das receitas até os anos 2010. Os programas de transferência de renda como o PBF mostraram que ampliar o poder de compra do trabalho e o combate sistemático à pobreza, pode gerar resultados surpreendente sendo assim, o que teria mudado para trazer à tona uma medida tão cruel? A resposta está em um ponto central que é estruturante do modo de produção capitalista: a crise.

Visto assim, pode-se inferir que o Regime Fiscal Brasileiro se tornou incompatível com a ampliação das ações do Estado, especialmente aquelas que garantem a expansão dos gastos assistenciais. Houve significativa expansão dos gastos sociais desde 2003, acompanhada por expansão ainda maior das receitas, pelo menos até 2010. Se as receitas permanecessem em ascensão, sancionando os aumentos das despesas primárias, estas poderiam se expandir o quanto fosse necessário, desde que os credores do Estado se sentissem suficientemente seguros com os excedentes fiscais gerados através do superávit. Na verdade, a natureza do Regime Fiscal Brasileiro é garantir excedente fiscal para manter a sustentabilidade intertemporal da dívida pública. (ULHÔA e FILHO, 2018, p.6)

---

<sup>31</sup> <https://auditoriacidada.org.br/ver-graficos/>

Se o neoliberalismo é o modelo de dominação burguesa ao longo dos últimos 30 anos, ele se apresentou de formas diferentes nesse período. E vivemos em nossos dias a fase mais danosa para a classe trabalhadora: o ultraneoliberalismo. A seguir veremos os dados orçamentários da política de Saúde e os efeitos das contrarreformas ultraneoliberais para o mundo do trabalho.

### **3.2 – Os impactos da EC95 na saúde: breve análise orçamentária**

Nesta seção iremos realizar uma análise do orçamento da política de saúde dos anos 2015 até 2019. Para tal consulta utilizaremos o banco de dados fornecido pelo Senado Federal (SIGA BRASIL)<sup>32</sup> da Lei Orçamentária Anual (LOA) utilizando para nossa análise apenas os valores empenhados. Todos os valores estão deflacionados de acordo com Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) referente ao mês de agosto de 2021.

O período selecionado para captação dos dados tem intenção de traçar um paralelo entre orçamento antes da EC 95/2016 e quaisquer prováveis mudanças com o NRF em vigor. Limitamos a nossa análise até 2019, pois com a inflexão provocada pelo COVID-19 foram injetados novos recursos na política de saúde por conta da excepcionalidade de uma pandemia e essa alteração significativa poderia impactar em nossa análise por isso a delimitação.

Temos como objetivo analisar a função saúde como um todo, mas aprofundaremos nossa análise no orçamento do Ministério da Saúde nos seus principais programas: Fortalecimento do Sistema Único de Saúde, Saneamento Básico, Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Saúde e Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas. São estes os programas e as principais rubricas onde se concentram a maior parte dos recursos destinados a essa política. Nossa análise não tem como pretensão elencar cada elemento de despesa distribuído nas dezenas de programas que estão dispostos na função Saúde, mas observar de forma geral como o novo regime fiscal impõe um desfinanciamento da política de saúde como um todo.

Entre os anos de 2010 a 2015 a política de saúde teve um aumento de 21% em seu orçamento e este crescimento se deu por conta de fatores essenciais para se considerar na

---

<sup>32</sup> O SIGA BRASIL é uma plataforma online de acompanhamento da execução orçamentária e está disponível para acesso público em <http://www9.senado.leg.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=Senado%2FSigaBrasilPainelEspecialIsta.qvw&host=QVS%40www9&anonymous=true&select=LB137,2019>



elaboração do orçamento público, dentre eles crescimento populacional, arrecadação tributária e cumprimento da meta fiscal. Os governos Dilma, assim como Lula, foram fieis ao cumprimento da meta, nos governos Lula entregando um superávit superior ao exigido pelo FMI (Fundo Monetário Internacional).

O Novo Regime Fiscal se apresenta como um golpe no fundo público, pois ele não leva em consideração nenhum desses três indicadores essenciais supracitados, colocando o investimento em saúde como um mero gasto. A tabela abaixo exemplifica para nós como o crescimento se dava antes do Novo Regime Fiscal. Consideramos importante destacar esses dados para realizarmos um comparativo de como o NRF engessa o investimento.

TABELA 1 – MINISTÉRIO DA SAÚDE 2010-2015 – em reais

ANO	EMPENHADO	VARIAÇÃO %
2010	116.717.937.925	-
2011	128.041.878.313	10%
2012	133.950.430.306	5%
2013	135.158.066.030	1%
2014	140.450.092.268	4%
2015	140.782.399.955	0%

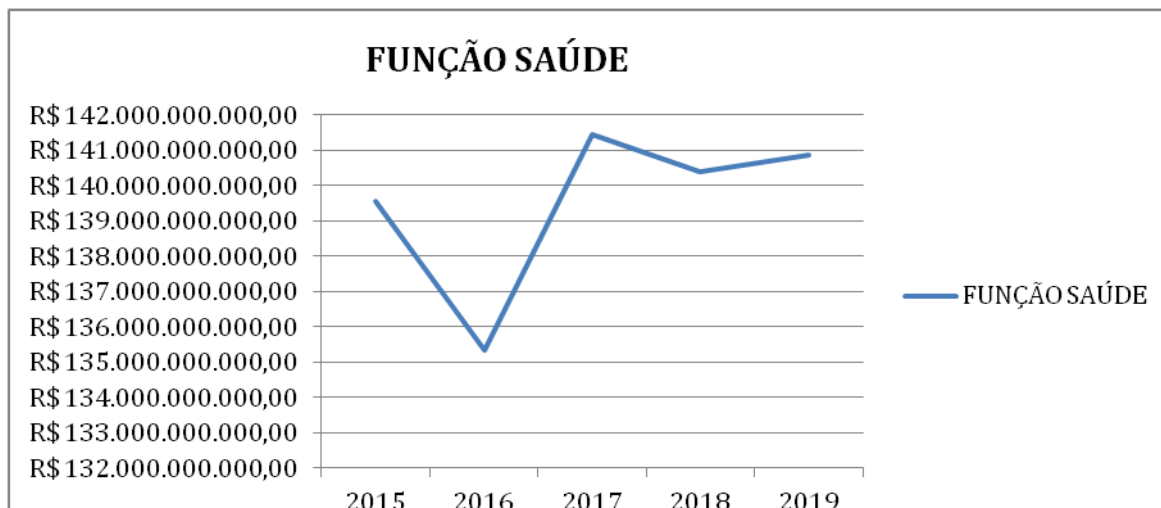
FONTE: SIGA BRASIL – ELABORAÇÃO PRÓPRIA

Podemos observar na Tabela 1 que no primeiro governo Dilma, entre os anos de 2010 a 2014 a política de saúde apresentou aumento de recursos, ampliando assim sua capacidade de entrega dos serviços prestados pelo Sistema Único da Saúde. Trata-se, portanto, de uma escolha política onde o Estado em dirigir mais recursos para a política de saúde e não uma questão meramente contábil, ainda que durante esse período, sob a égide do neoliberalismo, tenhamos vivenciado alguns limites no campo das políticas sociais. Já sobre o advento do no NRF poderemos observar que não houve um crescimento similar a este, pelo contrário os reajustes se darão apenas para acompanhar a inflação. No Gráfico 1 podemos observar como ficou o financiamento da função saúde nos últimos anos com a EC 95/2016 em vigor.

Elencamos neste momento os principais programas do Ministério da Saúde, e quais são os primeiros impactos que o NRF apresenta. É necessário destacar que os efeitos mais danosos não serão constatados em curto prazo, porém já podemos apontar o caminho nefasto que a EC 95/2016 vem percorrendo. O desfinanciamento das políticas não será apresentado para sociedade como um todo, à luz do dia, mas haverá deslumbres de seus efeitos deletérios.

Chamarão de má gestão ou até mesmo a ineficiência do setor público, mas a verdade que está posta para nós é que a crise da política de saúde não passa de um projeto de dominação da burguesia, onde o lucro pressupõe a vida.

GRÁFICO 1 – FUNÇÃO SAÚDE 2015 - 2019



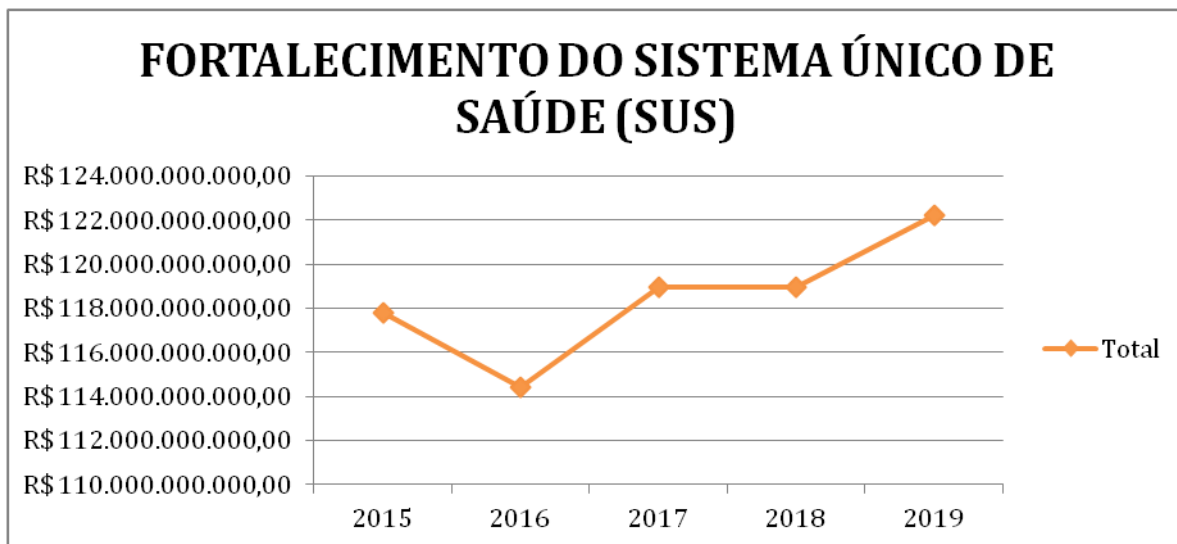
FONTE: SIGA BRASIL – ELABORAÇÃO PRÓPRIA

No gráfico acima podemos observar o orçamento geral da função saúde entre os anos de 2015 e 2016 o orçamento sofreu uma queda de 3% do seu orçamento, entre os anos 2016 e 2017 teve um crescimento de 5%, entre os anos de 2017 e 2018 sofreu mais uma queda de 1%. A variação percentual apresentada num quadro geral é de uma ampliação de 1% do orçamento total da função saúde, crescimento esse está muito aquém das necessidades reais desta política. Em comparação ao período anterior, onde conseguimos constatar uma ampliação no quadro geral de 21%, chega ser vergonhoso o orçamento o que nos é disposto. Esse desfinanciamento provocado pelo NRF altera de forma objetiva a execução plena das atividades realizadas pelo Ministério da Saúde, procuraremos destacar nesta seção os impactos gerados pelo NRF nos programas do Ministério da Saúde.

Um dos principais programas do Ministério da Saúde “Fortalecimento do Sistema Único de Saúde”, a principal rubrica do orçamento da saúde, responsável pelas funções de planejamento, regulação, financiamento e prestação de serviços do Sistema Único de Saúde. Como podemos observar no Gráfico 2 ele sofre uma queda em seu orçamento entre os anos de 2015 e 2016 de quase R\$4 bilhões, entre 2016 e 2017, retoma a rubrica de 2015 acrescido de um valor de quase R\$ 2 bilhões, se estabilizando em 2018, tendo um crescimento de 3% em

201. A estabilidade deste programa já era esperada pela centralidade dele, apesar de sua descontinuidade no orçamento de 2020.

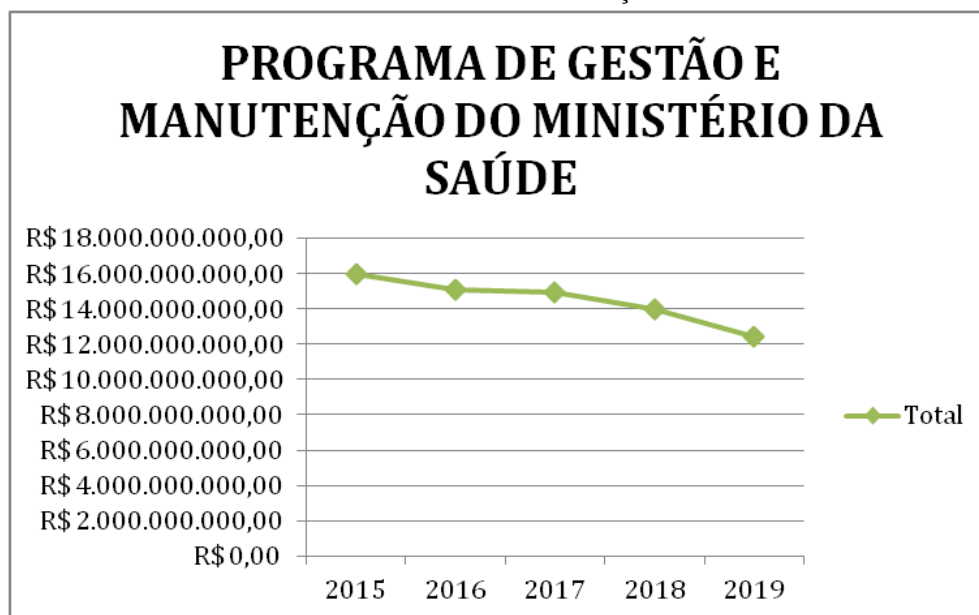
GRÁFICO 2 – PROGRAMA FORTALECIMENTO DO SUS 2015 - 2019



FONTE: SIGA BRASIL – ELABORAÇÃO PRÓPRIA

O programa “Gestão e Manutenção do Ministério da Saúde” atua de forma complementar ao programa anterior dando suporte às unidades orçamentárias que congregam todo complexo médico hospitalar do SUS. Podemos observar neste programa uma perda significativa de recursos ao longo dos últimos anos. Entre os anos de 2015 e 2016 o programa apresentou uma queda de 5% (R\$ 752.606.876) de seu orçamento, entre os anos de 2016 e 2017 mais uma queda de 1% (R\$ 104.089.019), em 2018 tem uma queda de 6% (R\$ 965.531.410) em relação a 2017 e por fim em 2019 uma queda de 11% (R\$ 1.586.351.419) em relação a 2018. Entre os anos de 2015 e 2019 o programa teve uma perda de 22% (ou seja, R\$ 3.512.225.449) de seu orçamento, o que consiste de uma inviabilização do programa, como podemos observar no gráfico abaixo:

GRÁFICO 3 – PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE



FONTE: SIGA BRASIL – ELABORAÇÃO PRÓPRIA

O programa “Saneamento Básico” é responsável por financiar as iniciativas voltadas para uma área essencial do SUS que é a promoção da saúde, tratamento de esgoto e água encanada. São itens essenciais que estão diretamente ligados a condições de saúde da população mais pauperizada e residente das periferias em âmbito nacional. A escassez de recursos deste programa cria um alerta de como as nossas prioridades estão invertidas. Até 2019 apenas 49,01% da população tem acesso à rede esgoto e tratamento de água, itens essenciais para o combate de uma série de doenças. Entre os anos de 2015 e 2017 o programa contou com um aumento de 43%, já em 2018 o programa teve uma perda de 32% do seu orçamento em relação ao ano anterior, em sequência no ano de 2019 teve uma perda de 7%, como podemos observar na tabela abaixo:

TABELA 2 – SANEAMENTO BÁSICO

ANO	EMPENHADO	VARIAÇÃO %
2015	R\$ 702.918.493,00	-
2016	R\$ 1.017.469.065,00	45%
2017	R\$ 1.444.926.128,00	42%
2018	R\$ 983.734.707,00	-32%
2019	R\$ 918.333.656,00	-7%

FONTE: SIGA BRASIL – ELABORAÇÃO PRÓPRIA

O programa “Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas” é destinado para garantir o acesso à saúde da população indígena. É mais um programa que sofre esse processo de desfinanciamento: entre os anos 2015 e 2016 o programa teve uma queda de 14% (R\$ 263.045.812) do seu orçamento; em 2017 teve um aumento de 32%; em 2018 uma queda de 16% (R\$ 338.172.183) e no ano seguinte mais uma queda de 6% (R\$ 106.869.936).

GRÁFICO 4 – PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS

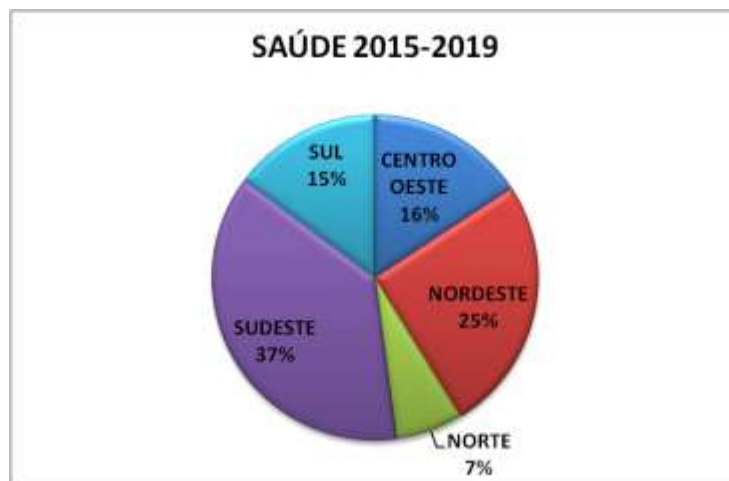


FONTE: SIGA BRASIL – ELABORAÇÃO PRÓPRIA

Realizando uma análise do orçamento da política de saúde por região, podemos observar que a Região Sudeste e Nordeste são as regiões que mais concentraram recursos no período de 2015 a 2019, ficando respectivamente com 37% e 25% do orçamento total. Seguidos pelo Centro Oeste com 16%, Sul com 15% e o Norte com 7%. Apesar do Sudeste ser uma região menor na relação quantidade de Estados que o compõem, ele congrega em si de acordo com IBGE<sup>33</sup> (2012) 42,6% da população brasileira, o que explica em parte a concentração de recursos na região. O mesmo podemos dizer da região Nordeste que além de congrega nove Estados em sua composição, também conta com a segunda maior população, cerca de 27,79% da população.

GRÁFICO 5 – SAÚDE POR REGIÃO 2015 - 2019

<sup>33</sup> <https://www.luis.blog.br/populacao-do-brasil-estados-e-regioes-dados-do-ibge.html>



FONTE: SIGA BRASIL – ELABORAÇÃO PRÓPRIA

Dentre as regiões o Centro Oeste foi único que apresentou uma queda considerável de recurso 5% (R\$ 835.658.204) entre os anos 2015 e 2016, manteve o mesmo orçamento em 2017, em 2018 teve mais uma queda de 5% (R\$ 714.309.221) e em 2019 4% (R\$ 545.508.520). No quadro geral a região perdeu cerca de 14%, correspondente ao total de R\$ 2.095.475.945 de seu orçamento entre os anos de 2015 e 2019, como podemos observar no gráfico abaixo

GRÁFICO 6 – REGIÃO CENTRO OESTE SAÚDE 2015 - 2019



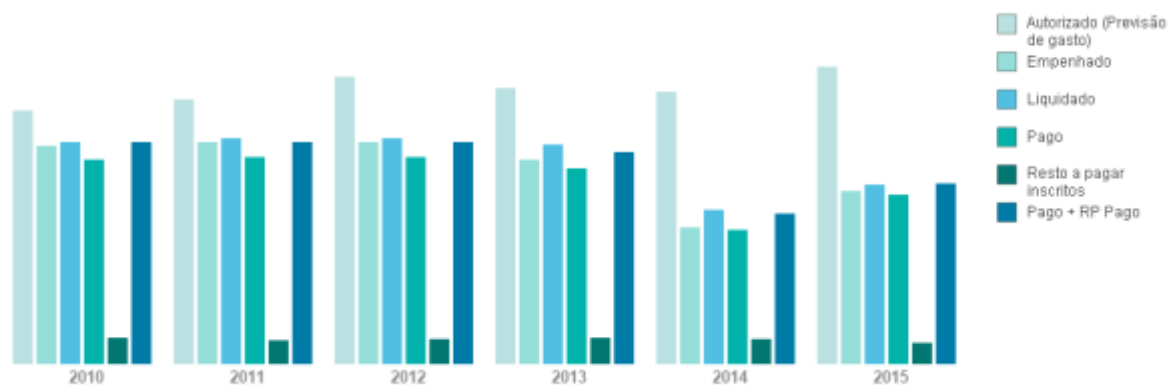
FONTE: SIGA BRASIL – ELABORAÇÃO PRÓPRIA

Até o presente momento os cortes orçamentários têm sido realizados de forma gradativa a fim de não alertar à população para situação caótica que se avizinha. As variações orçamentárias, até as que apresentam aumento, não correspondem às necessidades reais, que tais políticas demandam. Se reatualiza com o NRF esse processo de sucateamento das políticas públicas e sociais. O desafio que nos é posto não é somente de provar como o NRF afeta o mundo do trabalho, mas sim de como sinalizar ao mundo do trabalho a existência de mecanismos legais que usurpam o fundo público.

Quando observamos nos gráficos as variações de 1%, tendemos a acreditar que se trata de uma mudança pouco significativa, porém como trabalhamos com rubricas bilionárias cada porcentagem a menos significa para nós o fechamento de uma unidade básica de saúde, a falta de insumos para atendimento médico, de equipamentos adequados e etc. Dado o alto empobrecimento da população nos últimos anos e, portanto, a busca pelo SUS decorrente desse processo, podemos afirmar que temos um crescimento vegetativo desta política.

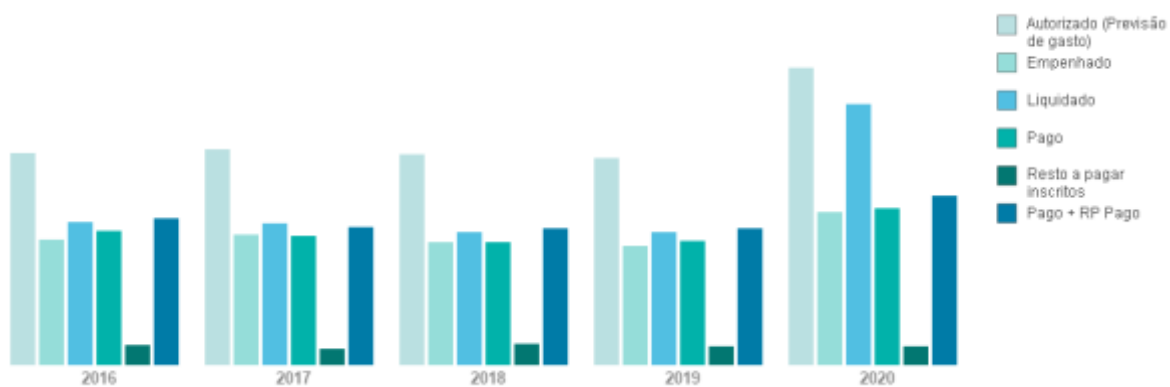
Se comparada ao PIB percebemos uma queda dos recursos da saúde, para ficar mais evidente esse desfinanciamento contínuo, podemos observar nos gráficos 7 e 8, realizamos uma pequena comparação da evolução do orçamento da saúde em relação ao PIB, entre os anos de 2010 a 2015, observamos uma constância nessa relação PIB/Saúde variando entre 0,88% e 1,43%. Nos anos de 2016 a 2020 há uma queda considerável nessa relação chegando ao máximo de empenho 1,30%, esse comparativo só nos alerta de como esse processo de sucateamento da política de saúde anda a todo vapor, podemos observar melhor esses dados nos gráficos abaixo.

GRÁFICO 7 - SAÚDE RELAÇÃO PIB 2010 - 2015



FONTE: SIGA BRASIL

GRÁFICO 8 - SAÚDE RELAÇÃO PIB 2016 - 2020



FONTE: SIGA BRASIL



Na Tabela 3 podemos observar que o crescimento do orçamento do Ministério da Saúde durante o NRF é meramente residual, o que inviabiliza uma ampliação do SUS. Pelo contrário, estabelece uma disputa interna por recursos, onde de cada Estado, Município e Entidade Federativa pleiteiam para si o aporte necessário para o bom funcionamento da política.

TABELA 3 – MINISTÉRIO DA SAÚDE 2015 - 2019

ANO	EMPENHADO	VARIAÇÃO (%)
2015	R\$ 139.558.684.676,00	-
2016	R\$ 135.344.563.886,00	-3,02%
2017	R\$ 141.446.448.953,00	4,51%
2018	R\$ 140.395.826.699,00	-0,74%
2019	R\$ 140.843.017.657,00	0,32%

FONTE: SIGA BRASIL – ELABORAÇÃO PRÓPRIA

Quando traçamos um paralelo entre os investimentos na área da saúde e os gastos com o pagamento da dívida pública ficam mais evidentes o descaso com a vida e com o erário público. Só em 2015 o Estado brasileiro arcou com uma despesa de R\$ 816.058.149.882 apenas com pagamento de títulos da dívida pública. Se comparado com o orçamento do Ministério da Saúde no mesmo ano, corresponde a uma importância de 485% maior do que o orçamento do Ministério, todo esse recurso empenhado em uma dívida não auditada, que a cada ano consome mais o orçamento federal.

A pergunta que atravessa todo este trabalho é: Quem se beneficia do Novo Regime Fiscal? A resposta, como vimos, é o grande capital portador de juros, que a despeito de gastos fundamentais como saúde e as demais políticas da Seguridade Social, se apropria de maior parte do orçamento público por meio da dívida e se alimenta de recursos que são oriundos em grande maioria do trabalho necessário. Assim, a luta pela revogação das medidas contrarreformistas que reduzem os gastos da saúde é uma luta imprescindível para defesa do SUS.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No período caótico que estamos vivendo evidencia-se a necessidade da organização popular. O capital segue a todo vapor seu projeto de dominação espraçando suas possibilidades de exploração e expropriação para toda vida social. Estamos diante da fase mais bárbara do neoliberalismo (o ultraneoliberalismo) onde nem uma pandemia global que vitimou cerca de 600 mil brasileiros foi capaz de fazer as classes dominantes recuarem no seu projeto de desenvolvimento desumanizado. A condução desastrosa de Jair Messias Bolsonaro leva o Brasil para uma relação maior de dependência dos países centrais. As medidas propostas e implementadas pelo governo não apresentam nenhuma saída capaz de promover a superação da crise, pelo contrário, a aprofundam cada vez mais, com a venda de empresas estratégicas como a Eletrobrás. Ao priorizar o lucro, Bolsonaro condenou à morte milhares de brasileiros; ao reduzir os recursos já escassos, condenou-nos à retornarmos ao mapa da fome; ao negligenciar a compra de vacinas e minimizar a gravidade do novo coronavírus, chamando-o de “gripezinha”, o presidente se tornou um agente da morte, por isso chamá-lo de genocida se torna apropriado.

Diante desse cenário tão adverso o Sistema Único de Saúde mostrou a sua importância e o quão necessário e presente ele está no dia-a-dia. Seja na produção de vacinas realizadas pelo Instituto Butantan e Fiocruz, seja no atendimento prioritário aos vitimados pela covid, na fiscalização promovida pela ANVISA, nos medicamentos, nos protocolos, na vacinação nos postos de saúde e demais equipamentos, em tudo isso observamos a grandeza e a necessidade de um SUS forte, gratuito e universal. Portanto, defender a revogação do NRF é defender a existência de uma política de saúde para todos.

Vimos em nosso estudo que a saúde tem reduzido seus recursos proporcionalmente ao PIB e mantêm-se estagnada em valores absolutos. Segundo IBGE em 2019 já éramos mais de 13 milhões de brasileiros vivendo em situação de extrema pobreza e miséria. Em fevereiro de 2021 ultrapassamos 27 milhões. Diante da larga demanda por políticas públicas que a população mais pauperizada necessita vemos uma estagnação dos aportes orçamentários, o que justificamos se traduzir numa redução relativa dado o crescimento vegetativo que o orçamento da saúde apresenta.

O objetivo deste trabalho foi trazer para o centro da discussão que o investimento em saúde não pode ser compreendido como gasto e sim como um investimento. Portanto, manter um mecanismo como o NRF que tem a capacidade de promover o desfinanciamento desta

política tão essencial é um descaso e um grave atentado ao direito básico por uma saúde pública. Não é do interesse das classes dominantes promover a defesa do SUS, ao contrário. Ao longo das últimas décadas as tentativas são de criar mecanismos de privatização indireta, como a entrega da gestão da saúde para organizações sociais e para a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSEH, no caso dos hospitais universitários. Cabe a nós trabalhadores lutar não só pela permanência do sistema público e universal em saúde, mas garantir as suas formas de financiamento.

A armadilha que está presente no NRF está na redução paulatina e progressiva dos recursos, atualizados somente pela inflação, além dos constantes contingenciamentos sofridos por essa política. Muitos desses recursos, que poderiam ser direcionados para a política, ficarão impedidos por conta do novo regime e estão sendo destinados a alimentar o rentismo.

Como observamos, o único que se beneficia desse mecanismo tão perverso é o capital portador de juros que encontrou no fundo público uma fonte segura de recursos que garante a sua auto-reprodução. O que temos por certo que a única minoria que tem poder destrutivo se chama burguesia, e a ela destinamos o nosso ódio de classe, as massas populares já veem que esse horizonte apresentado pelo ultraneoliberalismo é um futuro de morte e perdas, encontramos, portanto nas ruas a força necessária para resistir às arbitrariedades impostas pelo capital. Seguiremos na luta pela revogação da EC 95/2016, contra as privatizações, e por uma saúde pública e universal.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, P. **Balço do Neoliberalismo**. In: SADER, E.; GENTILI, P. (Org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado Democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, Ricardo. **Introdução**. in MÉSZÁROS, István. **1930 - A crise estrutural do capital** / István Mészáros; [tradução Francisco Raul Cornejo... [et. al.]. - 2. ed. rev. e ampliada - São Paulo: Boitempo, 2011.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em Contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. Crise do capital, fundo público e valor. In: BOSCHETTI, Ivanete et al (org). **Capitalismo em crise, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2010.

\_\_\_\_\_; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_, **Rotação do capital e crise: fundamentos para compreender o fundo público e a política social**. p.153-180 in **Financeirização, fundo público e política social** / Evilásio Salvador...[et al.](orgs.) - São Paulo: Cortez, 2012.

\_\_\_\_\_, **Neoliberalismo, Ajuste Fiscal e Contrarreformas no Brasil da Redemocratização**. 2018. XVI ENPESS, ABEPSS, Vitória - ES. 2018.

\_\_\_\_\_; FIÚZA, Juliana; SOUZA, Giselle. **Ultraneoliberalismo e Bolsonaroismo: Impactos Sobre Orçamento Público e a Política Social**. 2020. In. P779 - BRAVO, M.I.S.; MATOS, M.C.; FREIRE, S.M.F. (Org). **Políticas Sociais e Ultraneoliberalismo**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

BRASIL, **Emenda Constitucional nº 95. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 dez. 2016. Seção I, ano CLIII, n. 241.

CASTELO, Rodrigo. *Supremacia Rentista no Brasil Neoliberal e a Violência como Potência Econômica.* 2017. In: Revista Universidade e Sociedade / Sindicato Nacional dos Docentes de Instituições de Ensino Superior. Ano XXVII, n. 60. Brasília: ANDES-SN, julho de 2017.

CASONI, Gabriel. **A queda tendencial da taxa de lucro e as crises do capitalismo.** Blog esquerda online, 2016. disponível em : <<https://blog.esquerdaonline.com/?p=7789>>, acessado em 02/06/2019.

FERNANDES, Ana Elizabete Simões da Mota, *Cultura da Crise e Seguridade Social: Um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90.* 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

FIÚZA, Juliana. **Do Neoliberalismo de Cooptação ao Ultraneoliberalismo: respostas do capital à crise.** 2020a. Esquerda Online, Rio de Janeiro. 2020. disponível em: <<https://esquerdaonline.com.br/2020/06/08/do-neoliberalismo-de-cooptacao-ao-ultraneoliberalismo-respostas-do-capital-a-crise/>>, acessado em: 29/09/2021

\_\_\_\_\_, **O Neoliberalismo de Cooptação como Resposta às Resistências.** 2020b. Esquerda Online, Rio de Janeiro. 2020. disponível em: <<https://esquerdaonline.com.br/2020/06/15/parte-ii-o-neoliberalismo-de-cooptacao-como-resposta-as-resistencias/>>, acessado em: 29/09/2021

\_\_\_\_\_, *Ultraneoliberalismo e a Política dos Ressentidos.* 2020. Esquerda Online, Rio de Janeiro. 2020c. disponível em: <<https://esquerdaonline.com.br/2020/06/25/parte-iii-o-ultraneoliberalismo-e-a-politica-dos-ressentidos/>>, acessado em: 29/09/2021.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** São Paulo, Cortez: 1998.

IANNI, Octavio. **Capitalismo e Estado/** Octávio Ianni; - 2. ed. São Paulo - 1989.

Lenin, V. I. **O imperialismo: fase superior do capitalismo.**/ Vladimir Ilitch Lenin ; tradução: Leila Prado. 4 ed. São Paulo : Centauro, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich; LÊNIN, Vladímir. **Manifesto do Partido Comunista/ Teses de abril.** São Paulo: Boitempo, 2017. p. 22-32 (seção Burgueses e proletários).

MANDEL, Ernest. *Capitalismo Tardio.* São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MELO, José Eduardo Soares. IPI. *In:* MARTINS, Ives Gandra da Silva (Org.) **Curso de Direito Tributário.** São Paulo: Saraiva, 2011.

MÉSZÁROS, István. **1930 - A crise estrutural do capital** / István Mészáros; [tradução Francisco Raul Cornejo... [et. al.]. - 2. ed. rev. e ampliada - São Paulo: Boitempo, 2011.

OLIVEIRA, Francisco de. *Os Direitos do Antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita.* Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

PRANDI, Reginaldo. Mitologia dos Orixás. 2001. 1ª ed - São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SALVADOR, Evilásio. **Fundo Público e Seguridade Social no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2010.

SCORALICH, D. S. . **A Desvinculação das Receitas da União(DRU) e o ajuste fiscal brasileiro.** ADVIR (ASDUERJ) , v. 36, p. 121-136, 2017.

SOUZA, Giselle; BARBOSA, Isabel; Azevedo, Edite; ealt. **Fundo Público e a Usurpação dos Direitos do Trabalho na Atualidade.** 2017. Revistas de Políticas Públicas. UFMA, Maranhão. 2017.

ULHÔA. Wander M. M.; FILHO, Niemeyer Almeida. **Estado e políticas públicas sob o “Novo Regime Fiscal. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 23.** 2018, Niterói. Anais [...] Disponível em: <<https://sep.org.br/anais/Trabalhos%20para%20o%20site/Area%205/64.pdf>> acessado em: 29/09/2021.